

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

FLÁVIO HENRIQUE MONTEIRO DA SILVEIRA

PRODUTOS E SERVIÇOS DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MARISTA:
da prevenção da desinformação à promoção da cidadania

PORTO ALEGRE

2022

FLÁVIO HENRIQUE MONTEIRO DA SILVEIRA

PRODUTOS E SERVIÇOS DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MARISTA:
da prevenção da desinformação à promoção da cidadania

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando
Herbert Massoni.

Coorientadora: Espec. Bruna Marques
Vieira.

PORTO ALEGRE

2022

FLÁVIO HENRIQUE MONTEIRO DA SILVEIRA

PRODUTOS E SERVIÇOS DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MARISTA:

da prevenção da desinformação à promoção da cidadania

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Herbert Massoni.

Coorientadora: Espec. Bruna Marques Vieira.

Aprovado em Porto Alegre, 03 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luis Fernando Herbert Massoni (Orientador) – UFRGS

Espec. Bruna Marques Vieira (coorientadora) - Rede Marista / UFRGS

Profa. Dra. Caterina Marta Groposo Pavão - UFRGS

Me. Bruna Heller - FEEVALE

AGRADECIMENTOS

A vida se revela um grande educandário em que nos vemos matriculados, pouco conscientes da nossa responsabilidade enquanto aprendizes. E nos “exercícios e provas” do cotidiano, me deparo constantemente com valiosas lições que procuro compreender e valorizar. Assim chego até aqui, aos agradecimentos do meu trabalho de conclusão, agradecido pelas valiosas oportunidades de aprendizado que venho recebendo ao longo da minha trajetória.

Agradeço aos educadores que encontro no meu caminho, mestres que me ajudam a entender melhor a Ciência e o percurso da minha formação discente, compartilhando saberes e experiências. Minha gratidão, ao orientador Luis Fernando Herbert Massoni pelo apoio, paciência, parceria e confiança, por seu olhar sensível e atento. E à coorientadora Bruna Vieira, que surgiu em um momento significativo da minha vida acadêmica.

Também sou imensamente grato à querida professora Caterina Marta Groposo Pavão, minha “fada madrinha”, que me inspirou nos momentos desafiadores. E, com carinho, estendo este agradecimento à Bruna Heller, pela contribuição expressiva para a consolidação deste trabalho.

E, finalmente, gratidão aos meus familiares e amigos, por todas as formas de apoio e carinho que recebo, constantemente. Preparo-me para os próximos aprendizados, avante!

“Faça-se a verdade, e que o mundo desapareça”.

Hannah Arendt

RESUMO

Apresenta os produtos e serviços de prevenção à desinformação e promoção da cidadania nas bibliotecas escolares da Rede Marista. Como objetivos específicos, buscou-se verificar quais serviços e produtos de prevenção à desinformação são ofertados pelas bibliotecas escolares da rede; analisar como as/os bibliotecários que atuam na rede percebem as atividades de prevenção à desinformação e refletir sobre o papel das bibliotecas escolares no favorecimento da cidadania por meio da prevenção à desinformação. Fundamenta-se em conceitos de informação, desinformação e cidadania, assim como as bibliotecas escolares e os produtos e serviços oferecidos por estas unidades. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, operada por meio de um estudo de caso, utilizando a entrevista e o questionário como recurso metodológico. Como interpretação dos dados, tem-se a discussão sobre o universo das atividades de prevenção à desinformação realizadas pelas bibliotecas no contexto escolar. Analisa a relação entre o planejamento e a gestão das atividades, bem como a execução dos serviços informacionais da Rede Marista que possam prevenir a desinformação e promover a cidadania. Os resultados apontam que os serviços e produtos das bibliotecas atendem à demanda, mesmo sem a intencionalidade específica de prevenir a desinformação. Por meio das atividades de orientação científica, as bibliotecárias desempenham um papel de educadoras, preparando os alunos para fazer um uso consciente das informações, mesmo que seu enfoque não seja a desinformação. Conclui-se que as bibliotecas escolares estudadas são atuantes na construção da consciência cidadã, cumprindo os ideais de sua mantenedora por meio de seus produtos e serviços.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Produtos e serviços de informação. Desinformação. Cidadania.

ABSTRACT

This study presents the products and services of the Marist Network school libraries that fight against the disinformation thus promoting citizenship awareness. One of the main objectives of this study was to verify what anti-disinformation services and products are offered by the Marista Network school libraries. In addition, an analysis of how the librarians who work at Marista Institute perceive the anti-disinformation activities as well as a reflection on how the school libraries play an important role in supporting the population through anti-disinformation actions are also discussed. This work is based on the concepts of information, disinformation, and citizenship, as well as the products and services offered by school libraries. This basic research involves qualitative and exploratory approaches through a study case (Marista Network) that utilizes interviews and questionnaires as methodological resources. As an interpretation of the data, there is a discussion about the universe of activities to prevent misinformation carried out by libraries in the school context. It analyzes the relationship between the planning and management of activities, as well as the execution of the information services of the Marist Network that can prevent misinformation and promote citizenship. The results show that library services and products meet the demand, even without the specific intention of preventing misinformation. Through scientific guidance activities, librarians play the role of educators, preparing students to make conscious use of information, even if their focus is not on disinformation. It is concluded that the school libraries studied are active in the construction of citizen awareness, fulfilling the ideals of their sponsor through their products and services.

Keywords: School library. Information products and services. Disinformation. Citizenship.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades educacionais Maristas do Brasil	14
Quadro 2 – Unidades educacionais da Rede Marista	16
Quadro 3 – Unidades da Rede Marista de Porto Alegre e região Metropolitana	36
Quadro 4 – Objetivos da pesquisa e perguntas do questionário	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	A REDE MARISTA E SUAS BIBLIOTECAS	12
2.1	Bibliotecas escolares da Rede Marista	15
3	BIBLIOTECAS ESCOLARES, DESINFORMAÇÃO E CIDADANIA	19
3.1	Bibliotecas Escolares	19
3.2	Serviços e Produtos de Informação em Bibliotecas Escolares	22
3.3	Informação: conceitos, definições e concepções	25
3.4	Informação e Cidadania	26
3.5	Desinformação e <i>Fake News</i>	30
4	METODOLOGIA	34
4.1	Tipo de Estudo	34
4.2	Campo de Estudo	35
4.3	Procedimentos Éticos da Pesquisa	37
4.4	Procedimentos de Coleta de Dados	37
4.5	Procedimentos de Análise dos Dados	40
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
5.1	Análise da Entrevista	41
5.2	Análise dos Questionários	45
5.3	Considerações gerais	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA	65
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO...	66
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i>	67
	APÊNDICE D - CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL	69

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca consolida-se no ambiente escolar como uma valiosa aliada no processo de ensino-aprendizagem. O sistema educacional institucionalizado exige que diversas áreas do conhecimento humano possam dialogar e, desta forma, passem a contribuir na formação do ser social. E, neste contexto, a biblioteca oferece inúmeros produtos e serviços que vão ao encontro das necessidades informacionais dos sujeitos, interligando múltiplos saberes.

A contribuição da biblioteca na formação pedagógica é abrangente e se fortalece com o desenvolvimento tecnológico. Além disso, ocupando um espaço de relevância, ela é mediadora da informação, participando ativamente na qualificação do ensino e dos processos educacionais.

Distante do ideal, no entanto, com a baixa valorização pelo poder público e/ou pela sociedade, o bibliotecário acaba sendo substituído por outro profissional ou até mesmo um leigo na gestão da biblioteca escolar. Esvaziado de sentido, tem-se a descaracterização do próprio fazer biblioteconômico no ambiente institucionalizado de ensino-aprendizagem. Corrêa *et al.* (2002, p. 107) enfatizam que “[...] a biblioteca escolar precisa ser pensada e discutida nos diversos aspectos causadores da situação de 'miséria' em que se encontra”.

O bibliotecário, inserido no ambiente pedagógico, reconhece a sua responsabilidade como educador, atuando na construção do conhecimento. Enquanto a biblioteca escolar, partícipe da escola, influencia diretamente na formação curricular do discente, favorecendo sua constituição como cidadão.

Em contrapartida, desafiando o cenário digital na contemporaneidade, os processos sistemáticos de desinformação vêm causando enormes distorções da realidade e, conseqüentemente, inúmeros danos à consciência individual e coletiva. Devido a isto, a Ciência da Informação volta-se, cada vez mais, ao entendimento da desinformação e seus efeitos na sociedade.

A manipulação da lógica e as informações fabuladas fraturam a esfera social, comprometendo as tomadas de decisão do sujeito, enquanto indivíduos e comunidade. Atravessado pela formação escolar, o letramento digital exige o desenvolvimento de habilidades específicas que devem contar com a participação efetiva do bibliotecário.

Com a sua colaboração, atividades são planejadas, executadas e aprimoradas no ambiente escolar atendendo ao projeto pedagógico determinado pela instituição e pelos órgãos governamentais de ensino. Da mesma forma, produtos e serviços são ofertados pela biblioteca escolar, contemplando as demandas exigidas pela educação midiática na prevenção à desinformação.

Nessa perspectiva, as redes de colégios particulares, geralmente compostas por uma robusta estrutura educacional, são exemplos de instituições que permitem a percepção da valorização das bibliotecas como espaço integrador do ambiente escolar, criando um contexto favorável à promoção de serviços e produtos de informação que podem gerar grandes transformações na vida das pessoas. Devido a isso, uma destas redes foi escolhida como campo empírico deste estudo: a Rede Marista. Além disso, a escolha desta tipologia de instituição por parte do autor foi influenciada pela sua experiência de Estágio Obrigatório I, no curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizado nas dependências de uma das bibliotecas escolares da referida Rede.

Não obstante, ressalve-se que a Rede Marista conta com bibliotecárias/os devidamente qualificados que são os responsáveis pelo planejamento e pela implementação de serviços e produtos em todas as bibliotecas pertencentes à iniciativa.

Somado ao exposto, tem-se que a educação formal, em sua jornada, deseja alcançar o caráter cognitivo e intelectual do sujeito, sem deixar de estabelecer o desenvolvimento do senso crítico e a construção de valores éticos. Por outro lado, os danos causados pela desinformação ferem a democracia e empobrecem a visão de mundo. A partir desse pressuposto, surgiu a ideia de um estudo complementar para a área da Biblioteconomia, que investigue esta temática.

Portanto, com base nas questões acima apresentadas, esta pesquisa objetiva analisar de que forma as bibliotecas escolares da Rede Marista promovem a cidadania por meio de produtos e serviços de prevenção à desinformação.

Enquanto objetivos específicos desta investigação, consistiram em: verificar quais serviços e produtos de prevenção à desinformação são ofertados pelas bibliotecas escolares da Rede Marista; analisar como as/os bibliotecárias/os que atuam na Rede Marista percebem as atividades de prevenção à desinformação; e refletir sobre o papel das bibliotecas escolares na promoção da cidadania por meio da prevenção à desinformação.

Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa qualitativa, operada por meio de um estudo de caso (Rede Marista), cujo objetivo foi exploratório, utilizando a entrevista e a aplicação de questionários como ferramentas de coleta de dados. Para a fundamentação teórica da pesquisa, buscou-se, na literatura, explicações e conceitos de desinformação, bibliotecas escolares, seus serviços e produtos que, por meio do acesso à informação, fomentam a cidadania.

Estruturalmente, subdividiu-se este trabalho em seis seções, sendo que após a introdução, segue-se um apanhado contextual da rede analisada e das suas bibliotecas escolares. Em seguida, a terceira seção apresenta o referencial teórico, abrangendo a temática proposta. A quarta seção consta da metodologia aplicada com o detalhamento de todas as suas etapas. Posteriormente, na quinta seção discutem-se os resultados obtidos e, na última, são tecidas as considerações finais do trabalho.

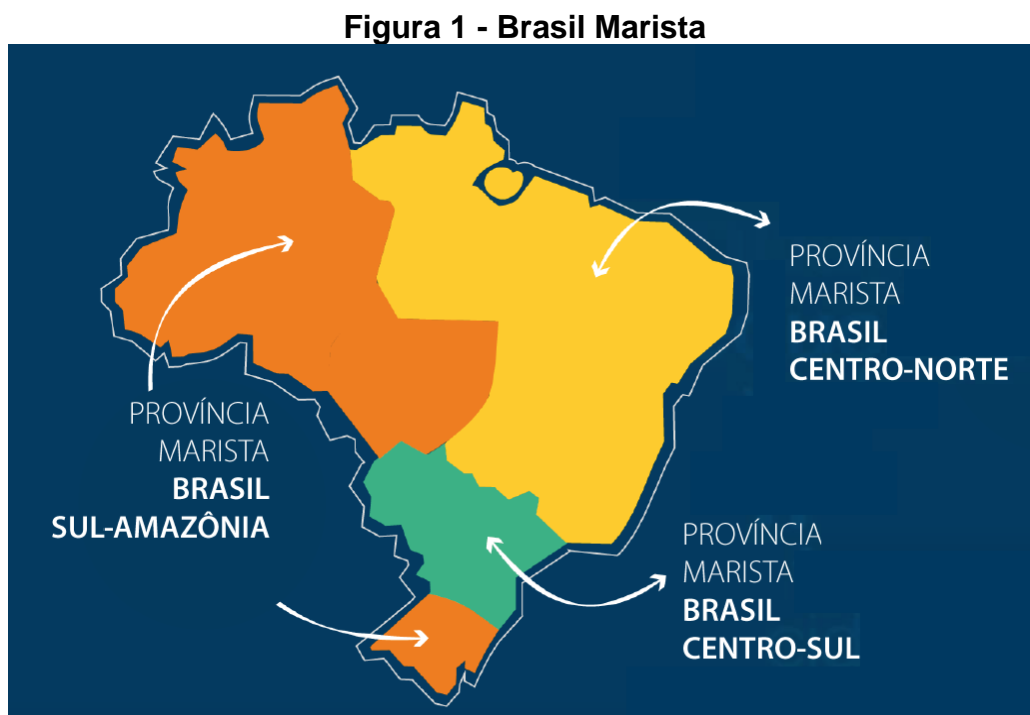
2 A REDE MARISTA E SUAS BIBLIOTECAS

O Instituto dos Irmãos Maristas é uma instituição confessional católica voltada à educação, presente em mais de 80 países e que, fundada em 1817 por Marcelino Champagnat, na França, conta com mais de 200 anos de atuação.

A sede do Governo-Geral do Instituto se encontra na cidade de Roma, na Itália. Saldanha (2019, p. 23) enfatiza que “[...] a educação Marista compreende um olhar para o futuro com base na audácia e na esperança, não esquecendo da fidelidade ao carisma”.

Conforme a Comissão Interprovincial de Educação Marista (2003, p. 49) o “estilo educativo baseia-se em uma visão integral, que se propõe conscientemente a comunicar valores”. E, Munõz (2003) complementa que o Instituto Marista está distribuído nos 5 continentes, contando com mais de 75 mil irmãos e leigos, que atendem a cerca de 650 mil crianças, adolescentes e jovens.

No Brasil, os primeiros irmãos Maristas chegaram em 1897 e estão presente em 23 estados e no Distrito Federal, compondo o Brasil Marista que se divide em três unidades administrativas: Província Marista Brasil Centro-Norte, Província Marista Brasil Sul-Amazônia (Rede Marista) e Província Marista Brasil Centro-Sul (Grupo Marista), como mostra a figura:



Fonte: UMBRASIL (2010).

O apoio administrativo ocorre por intermédio de mantenedoras, que são estruturas responsáveis pelo gerenciamento nas diversas frentes de atuação. O Brasil Marista mantém escolas, universidades, unidades sociais, centros de evangelização, editoras, veículos de comunicação e hospitais, tendo a evangelização como núcleo da missão marista.

Desse modo, atualmente, os números do Brasil Marista correspondem a atuação em 25 estados e o DF, com uma abrangência de 77 cidades do país, acolhendo 155.000 crianças e jovens na educação básica, contando, ainda, com 18 unidades de assistência social e 4 unidades hospitalares (UMBRASIL, 2022).

A União Marista do Brasil (UMBRASIL) é a associação das mantenedoras, representando o universo Marista no país.

Fundada em 15 de outubro de 2005, a União Marista do Brasil (UMBRASIL) é uma associação que congrega todas as instituições maristas do Brasil e tem, por missão, articular e potencializar a presença e a ação maristas no território brasileiro, fundamentada em valores éticos e cristãos:

[...] as escolas maristas compreendem colégios e unidades sociais de Educação Básica. Constituem-se em espaços tempos que operacionalizam e dinamizam os princípios e valores da educação e da pedagogia maristas. Incluem os diversos níveis da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Podem pertencer integralmente ao Instituto ou ser constituídas por meio de parcerias e convênios (UMBRASIL, 2010, p. 14).

Tem-se que a educação se empenha na formação integral do aluno e nos ideais de solidariedade, oportunizando a conquista da autonomia intelectual e moral, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Assim, identifica-se que, além de uma formação acadêmica, esta instituição se propõe a contribuir com a promoção da cidadania de seus estudantes, aspecto que é investigado neste estudo. Destaca, ainda, a Umbrasil (2010, p. 26) que “a educação marista, empenhada na luta por justiça e por estruturas de solidariedade, valoriza o indivíduo como sujeito de direitos”.

A Província Marista Brasil Sul-Amazônia também é chamada de Rede Marista e está presente no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, em Brasília e na Região Amazônica, com uma reconhecida trajetória trilhada na Educação Básica e no Ensino Superior, também exerce a missão de evangelizar por meio de um trabalho desenvolvido no âmbito da assistência social e da saúde.

No quadro 1, constam as instituições (colégios e unidades sociais) do Brasil Marista em suas respectivas unidades administrativas (províncias).

Quadro 1 - Unidades educacionais Maristas do Brasil

UNIDADES ADMINISTRATIVAS MARISTAS NO BRASIL	COLÉGIOS	UNIDADES SOCIAIS
PROVÍNCIA BRASIL CENTRO-NORTE	Colégios Maristas Águas Claras; Champagnat-Taguatinga; Araçagy; Colatina; Diocesano; Dom Silvério; Maceió; Natal; Nossa Senhora de Nazaré; Nossa Senhora da Penha; Padre Eustáquio; Patamares; Patos de Minas; Marista Pio X; Palmas; São José – Barra; São José – Montes Claros; São José – Tijuca e São Luís	Colégios Maristas Aracati; Pio XII; Sagrado Coração; Champagnat de Iguatu; Champagnat de Varginha; Champagnat de Terra Vermelha; Champagnat de Teresina; Padre Lancísio e Divino Pai Eterno
PROVÍNCIA BRASIL CENTRO-SUL (GRUPO MARISTA)	Colégios Maristas Anjo da Guarda; Sagrado Coração; Cascavel; Londrina; Maringá; Pio XII; São Francisco; Criciúma; São Luís; Frei Rogério; Asa Sul; Brasília; Alexander Fleming; Goiânia; Paranaense; Santa Maria; Champagnat; Glória; Ribeirão Preto e Arquidiocesano	Escolas Ir. Lourenço; Ir. Justino; Lucia Mayvorne; Eunice Benato; Curitiba; Ir. Henri; Ecológica; São José; Itapejara; Ir. Rui; Santa Mônica; Ir. Walmir; Lar Feliz; Cascavel; Ir. Acácio e Unidade Caçador
PROVÍNCIA BRASIL SUL-AMAZÔNIA (REDE MARISTA)	Colégios Maristas Aparecida; João Paulo II; Roque; Maria Imaculada; Medianeira; PIO XII; Conceição; Assunção; Champagnat; Ipanema; Rosário; São Pedro; São Francisco; São Luís; Santa Maria; Santo Ângelo; Santo Antônio; Sant'Ana e Graças	Colégios Maristas Irmão Jaime Biazus; Vettorello; São Marcelino Champagnat; Menino Jesus; Renascer; Tia Jussara e Santa Marta

Fonte: Rede Marista (2022). Adaptado pelo autor (2022).

Saldanha (2019) analisa as funções administrativas, educacionais e assistenciais da Rede Marista, destacando três mantenedoras de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, que são: Sociedade Meridional de Educação (SOME), União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE) e União Brasileira de Educação e Assistência (UBEAA).

Percebe-se que, por princípios e estratégias de gestão, a missão da Rede Marista é promover uma educação evangelizadora de qualidade, por meio de

processos criativos e inovadores com vistas a formar cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade justa e fraterna.

Os Colégios da Rede Marista possuem a visão de ser uma rede líder em educação integral e desenvolvimento social de excelência. Os valores institucionais estão sustentados pelo amor ao trabalho, audácia, espírito de família, espiritualidade, presença, simplicidade e solidariedade.

A Rede Marista conta com mais de 50 mil estudantes, 60 mil pessoas atendidas e 10 mil colaboradores - Irmãos Maristas e profissionais de diversas áreas. Além do Ensino Superior Marista e da atuação missionária na Amazônia, os colégios e Unidades Sociais da Rede Marista compreendem 26 Colégios, sendo 22 de Educação Básica, um Colégio Social de Ensino Fundamental e um Colégio Social de Ensino Médio, além de quatro escolas sociais de Educação Infantil (UMBRASIL, 2010).

No Rio Grande do Sul, a Rede Marista é constituída por 18 Colégios pagos, 8 Escolas Sociais gratuitas, 9 Centros Sociais, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o Hospital São Lucas e o Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul (InsCer), bem como a atuação missionária e pastoral em diversos municípios.

2.1 Bibliotecas escolares da Rede Marista

Atualmente, os colégios e unidades sociais da Rede Marista contam com 26 escolas de educação básica - sendo que, destas, 19 colégios pagos, 4 escolas de educação infantil social, 1 escola de ensino fundamental social e 2 escolas de jovens e adultos.

A denominação “escola” é reservada às unidades sociais da Rede Marista, que objetivam atender crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, conforme os valores humanitários da instituição. Já os “colégios” representam as unidades educacionais que integram a rede privada de ensino. Entretanto, alguns colégios e escolas compartilham os mesmos espaços físicos e, inclusive, são atendidos pela mesma biblioteca.

A presença de 22 bibliotecas escolares que se estruturaram em rede no ano de 2010, com a implantação da proposta pedagógica contida no Projeto Educativo do Brasil Marista (UMBRASIL, 2010) denota a representatividade da unidade informacional na instituição.

Dessa forma, encontra-se estruturado um sistema educacional abrangente em que a presença e a valorização da biblioteca escolar estão inseridas, bem como destaca Ziegler (2020), ao afirmar que:

A partir de 2011, as bibliotecárias atuantes nas bibliotecas escolares e a bibliotecária supervisora, da Gerência Educacional, iniciaram o Grupo de Trabalho (GT) de Bibliotecários, passando a definir e elaborar políticas e diretrizes para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas. Assim, o GT de Bibliotecários tornou-se atuante e, em ações conjuntas, trabalha na elaboração de documentos, políticas e decisões operacionais que impactam e direcionam o trabalho realizado pelos bibliotecários e auxiliares de biblioteca em todas as bibliotecas dos colégios e unidades sociais da Rede Marista (ZIEGLER, 2020, p. 4).

No quadro 2, constam as escolas/colégios que compõem a Rede Marista, com suas respectivas bibliotecas, considerando como público estimado, o número aproximado é informado no site da instituição¹.

Quadro 2 - Unidades educacionais da Rede Marista

Colégio Marista / Localidade	Público estimado	Biblioteca
João Paulo II / Brasília - DF	Não informado	Cultural Marista
Roque / Cachoeira do Sul	900	Roque Gonçalves
Maria Imaculada / Canela - RS	920	Ir. Antonio de David
Medianeira / Erechim - RS	Não informado	Biblioteca
Conceição / Passo Fundo - RS	1.200	Biblioteca
São Francisco / Rio Grande - RS	1.100	Ir. Ernesto Jorge Flach
São Luís / Santa Cruz do Sul - RS	980	Biblioteca
Santa Maria / Santa Maria - RS	1.380	Ir. Daniel
Santo Ângelo / Santo Ângelo - RS	805	Pinheiro Machado
Santo Antônio / Sinop - MT	790	Biblioteca
Sant'Ana / Uruguaiana - RS	900	Ir. Arno Griebler
Aparecida / Bento Gonçalves - RS	820	Biblioteca
São Marcelino Champagnat / Novo Hamburgo - RS	660	Biblioteca

¹ Disponível em: <https://colegios.redemarista.org.br/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

Colégio Marista / Localidade	Público estimado	Biblioteca
Santa Marta / Santa Maria - RS	900	Biblioteca
Menino Jesus / Porto Alegre - RS	110	Biblioteca
Renascença / Porto Alegre - RS	50	Biblioteca
Tia Jussara / Porto Alegre - RS	109	Biblioteca
Assunção / Porto Alegre - RS	900	Ir. José Bernardi
Champagnat / Porto Alegre - RS	1.300	Ir. Nadir Bonini Rodrigues (Central + infantil)
Ipanema / Porto Alegre - RS	1.150	Ir. José Otão
Rosário / Porto Alegre - RS	3.450	Central + infantil (O Pequeno Príncipe)
São Pedro / Porto Alegre - RS	650	Central + infantil (Débora Gurski Herbert)
Ir. Jaime Biazus / Porto Alegre - RS	360	Ir. Jaime Biazus
Graças / Viamão - RS	1.120	Medianeira
Pio XII / Novo Hamburgo - RS	1.000	Marista do Pio XII

Fonte: Rede Marista (2022). Adaptado pelo autor (2022).

Pertencendo ao ambiente escolar, alguns espaços informacionais receberam um nome adotado pela instituição, em forma de “apadrinhamento” ou mera representatividade. Nas outras situações, na ausência de um nome específico, optou-se no quadro pelo termo “Biblioteca”.

Com relação aos serviços oferecidos por essas bibliotecas, destacam-se: acesso ao catálogo *online* para consulta dos itens do acervo, consulta local, empréstimo domiciliar, projetos de incentivo à leitura, treinamento de usuários, levantamento bibliográfico, orientação à normalização de trabalhos conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), plataforma de gamificação (utilizando a lógica dos games com a literatura), orientação à pesquisa, orientação ao uso de multimídias, confecção e abastecimento de murais, acesso à internet e digitalização, espaços personalizados, exposições e apresentações, projetos culturais, ações de divulgação de novas aquisições, dicas de periódicos com a temática Educação, ações de reconhecimento de usuários e divulgação de sugestões/recomendações dos itens do acervo.

As atividades desenvolvidas pelas bibliotecas seguem, de alguma forma, as realidades de cada escola as quais estão inseridas. Assim, os produtos e serviços das bibliotecas da Rede Marista acompanham as demandas das comunidades escolares, adaptando suas rotinas conforme as suas vivências.

3 BIBLIOTECAS ESCOLARES, DESINFORMAÇÃO E CIDADANIA

O referencial teórico permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de estudos já realizados: de que forma as bibliotecas escolares da Rede Marista promovem a cidadania por meio de produtos e serviços de prevenção à desinformação?

Marconi e Lakatos (2013, p. 114) alertam que é imprescindível correlacionar “[...] a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados”.

Desta forma, nesta seção são apresentadas as temáticas relacionadas com os conceitos introdutórios das bibliotecas escolares e de seus serviços e produtos, além de suas relações com a informação, a desinformação e a promoção da cidadania.

3.1 Bibliotecas Escolares

Através de uma parceria entre a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), são produzidos documentos importantes para as bibliotecas, quando analisadas no contexto escolar.

O Manifesto criado pela IFLA/UNESCO (1999, p. 1) estabelece que a “[...] biblioteca escolar propicia informação e ideias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento”.

A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação [...] (IFLA, 1999, p. 1).

A biblioteca escolar deve promover serviços de apoio à aprendizagem, sendo oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar, abstendo-se de qualquer forma de censura e sendo reconhecida como parte integral do processo educativo (IFLA; UNESCO, 1999).

Desse entendimento, Campello *et al.* (2017) consideram a biblioteca escolar como o espaço para promover experiências criativas intermediadas pelo uso da informação, aproximando o estudante de uma realidade que ele vai vivenciar no seu dia a dia, como profissional e cidadão.

Ainda segundo o referido Manifesto (IFLA; UNESCO, 1999) e, coerentemente ao exposto, os objetivos da biblioteca escolar consistem em: apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola; desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem; oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento; apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação; prover acesso aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões; organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade; trabalhar em conjunto com a comunidade escolar para o alcance final da missão e objetivos da escola; proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia; promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor.

Campello *et al.* (2013, p. 137) recorrem, complementando, que a biblioteca escolar como parte da escola, é um “[...] espaço de ação pedagógica, que propicia aprendizagem permanente, questionadora, crítica, com significado e centrada no estudante, privilegiando a construção do conhecimento pelo aluno”.

Logo, teoricamente, a biblioteca consolida seu caráter essencial na escola, oferecendo apoio e suporte às ações pedagógicas. No entanto, os conceitos que a definem e os objetivos, acima mencionados e definidos, não expõem a sua realidade (CAMPELLO *et al.*, 2013). A biblioteca escolar enfrenta inúmeros desafios para ocupar um espaço que lhe pertence e alcançar a visibilidade e a valorização que lhe cabem.

As bibliotecas do sistema educacional brasileiro vivem um momento difícil, pois o descaso das autoridades para com estas é muito grande e a falta de um vínculo que estreite sua relação com a escola também é evidente. Além das já conhecidas precariedades em termos de espaço físico e acervo, muitas delas ‘funcionam’ com a presença de profissionais de diversas áreas (CORRÊA *et al.*, 2002, p. 110).

Pertinente ressaltar que a biblioteca escolar possui uma identidade própria, mesmo sendo considerada, muitas vezes, como uma mera extensão da própria unidade educacional.

Em meio a abundância de informações, também chamada de “explosão informacional” e o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a biblioteca escolar tem o desafio de se consolidar como agente promotor do processo de ensino-aprendizagem, tornando-se um espaço multimídia voltado ao manuseio da informação.

Esta mudança tão desejada pode estar na Biblioteconomia, com profissionais dispostos a revisitar métodos e planejar ações. A pesquisadora Bernadete Campello (2012) enfatiza que é preciso alterar o nosso discurso a favor do potencial da biblioteca escolar, tanto como mediadora de leitura quanto promotora de aprendizagem, percebendo um movimento de renovação do ensino e dos métodos ativos de aprendizagem empregados na escola, onde o estudante é identificado, cada vez mais, como responsável pela construção de seu conhecimento.

Dessa forma, a biblioteca passa a funcionar não como um “depósito de livros”, mas como um “laboratório de aprendizagem”:

[...] numa sociedade em que o volume de informações cresce a cada momento, saber interpretar e selecionar essas informações torna-se fundamental. E é a biblioteca escolar a instituição responsável em começar a estimular no indivíduo o seu lado questionador. Característica, também, importante para o exercício consciente da cidadania (AMBINDER *et al.*, 2005, p. 7).

Segundo Martins e Karpinski (2018, p. 440) a “[...] atuação do bibliotecário escolar prioriza a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo. Sua atuação integra-se com a dos professores e demais especialistas da área educacional”. Quanto à expressividade da biblioteca escolar, esta possui uma função socioeducativa, despertando para a leitura e a pesquisa, no desenvolvimento de criticidade e criatividade, destacando-se como valiosa ferramenta de apoio didático-pedagógico e cultural.

Félix e Duarte (2015, p. 5), complementam, com sapiência, que “a biblioteca escolar passa a ser vista como um espaço em que se articulam ferramentas e recursos para a construção do conhecimento”.

A unidade informacional, neste sentido, integra o ambiente educativo, atendendo ao projeto pedagógico, sem isolar-se dos demais. E, neste contexto, para Campello (2010), é possível perceber quatro finalidades da prática educativa do bibliotecário: promoção da biblioteca; promoção da leitura; formação do leitor e orientação da pesquisa escolar. Dessa forma, Campello (2012) esclarece que:

[...] explicitando a capacidade da biblioteca para contribuir no desenvolvimento de habilidades de localizar, selecionar, interpretar, utilizar e comunicar informação de maneira crítica e responsável, estaremos inseridos na questão letramento, um “letramento informacional”, que pode contribuir para a ampliação da capacidade de crianças e jovens terem acesso aos saberes linguísticos necessários ao exercício da cidadania (CAMPELLO, 2012, p. 48).

Somado ao discurso supramencionado, segundo as Diretrizes da IFLA/UNESCO (2005), a principal função do bibliotecário escolar é a de contribuir com as diretrizes da escola, em que se incluem os processos de avaliação, implementação e desenvolvimento da biblioteca. Assim sendo, a biblioteca escolar está integrada à escola sem perder a sua identidade, sua riqueza e sua responsabilidade.

3.2 Serviços e Produtos de Informação em Bibliotecas Escolares

Campello (2012, p. 10) define a biblioteca escolar como “o laboratório que propicia conexão de ideias e produção de conhecimento”, acompanhando o Manifesto da IFLA/UNESCO (1999, p. 2) ao considerar que a missão da biblioteca escolar é “disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitam a todos da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação.”

Os serviços e produtos de informação, conforme assegura Borges (2007), podem ser considerados como o resultado de todo o processo de gestão de informação. Esta autora destaca duas características nos serviços: a intangibilidade e a participação dos usuários. Em contrapartida, os produtos, caracterizam-se pela tangibilidade - propriedades como formato, apresentação, suporte e outros.

Valendo-se, ainda, das percepções de Borges (2007), têm-se como produtos de informação: livros, folders, audiolivros, catálogos, manuais. E, conforme o entendimento desta autora, os serviços se referem a consulta local, ao empréstimo dos exemplares, aos serviços de referência (presencial e *online*), aos treinamentos

específicos. Neste sentido, “os produtos são estruturas informacionais resultantes dos serviços” (BORGES, 2007, p. 118).

Diante das diferenciações entre serviços e produtos de informação, ressalta-se a importância de se (re)conhecer as necessidades informacionais dos usuários e o ambiente em que eles estão inseridos, bem como avaliar os serviços e produtos oferecidos, buscando um atendimento de excelência.

Para Campello *et al.*, (2011), entre as condições necessárias para que uma biblioteca escolar funcione efetivamente como espaço de aprendizagem, indica-se que a mesma deve funcionar em sala de uso exclusivo, possuir coleção classificada e catalogada, oferecer serviços de consultas no local e empréstimo domiciliar, produzir atividades de incentivo à leitura, serviços de orientação à pesquisa e contar com um profissional responsável, devidamente qualificado.

O Manifesto IFLA/UNESCO (2005) sugere que sejam ofertados serviços bibliotecários especialmente para os professores, tais como: recursos para ampliar seu conhecimento na especialidade ou aperfeiçoar suas metodologias de ensino; recursos para diferentes estratégias de avaliação; serviços da biblioteca como parceira de trabalho no planejamento de tarefas e o auxílio aos professores para superar situações heterogêneas na classe, organizando serviços especializados para aqueles que necessitam de maior apoio ou estímulo.

Conforme os postulados de Behr, Moro e Estabel (2008), nas diretrizes da biblioteca no sistema educacional, a gestão em serviço de bibliotecas escolares deve priorizar a aprendizagem em todo o processo de desenvolvimento humano, além do acesso e uso da informação, visto tratar-se de ampla “clientela”, de diversos níveis de escolaridade, desde a educação infantil ao pós-médio, incluindo a educação de jovens e adultos, o corpo docente, funcionários e comunidade escolar. Estas autoras, pertinentemente, relacionam as necessidades informacionais com os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca, objetivando compreender a satisfação do usuário, devendo atender às necessidades do sujeito, com eficiência e qualidade.

Camillo e Castro Filho (2016) defendem que os produtos e serviços de informação devem ser integrados em rede. Para os autores, torna-se evidente que a existência de uma rede de bibliotecas escolares significa melhoria da produção e melhor aproveitamento de recursos.

Entretanto, há diferentes realidades sociais no país e, diante de um cenário adverso para a educação no Brasil, é possível inferir que as bibliotecas escolares das

escolas privadas possuem maior investimento em infraestrutura e tecnologia, entre outras condições. Sobre isto, destaca-se que:

O conceito de biblioteca escolar atuante como Centro de Recursos de Aprendizagem é fundamental para se ter uma abordagem sistêmica e integrada à comunidade educacional. Nessa abordagem, a estrutura (arquitetura, layout, mobiliários, recursos e produtos) constitui-se elemento fundamental (GASQUE, 2013, p. 8).

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 334), o “serviço de informação é um setor cuja função básica é fornecer informações relativas aos respectivos acervos, bem como torná-los acessíveis aos usuários”. Valls (2018, p. 47) complementa que, em uma biblioteca escolar, “os produtos e serviços vinculados às atividades curriculares devem atender aos objetivos do aprendiz relacionando, de forma interdisciplinar, o corpo docente e os bibliotecários”. Percebe-se, então, que as atividades desenvolvidas pela unidade informacional, conforme os pesquisadores, não pode estar desvinculada da escola mas, concomitantemente, a biblioteca não se “dissolve” no contexto escolar.

De acordo com Macedo² (2005, *apud* Valls 2018, p. 47), os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca escolar são: atividades e programas para incentivar hábitos de leitura; atividades culturais e sociais; incentivo à leitura interior e perceptiva; realização de grupos de estudo para discutir ideias e aprendizados; atividades de resolução de problemas; produção de textos elaborados pelos alunos; interação com os professores no momento do planejamento escolar; apoio ao corpo docente na organização de feiras, oficinas e eventos da escola; programas de capacitação e orientação bibliográfica; realização de entrevistas e debates com pessoas da comunidade; fornecimento de folhetos de divulgação, comunicação visual, guia da biblioteca, listas de livros e multimeios; produtos extraídos de formas diversas da oralidade e programas de capacitação informacional e estabelecimento de relações de parcerias com redes e sistemas de informação.

Obviamente, os serviços e produtos descritos adaptam-se às diferentes realidades, uma vez constatado que as bibliotecas escolares estabelecem configurações próprias das suas atividades, conforme as condições do meio em que estão inseridas. A abundância ou precariedade de recursos financeiros, bem como as

² MACEDO, Neusa Dias de (org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora Senac, 2005.

diretrizes da instituição escolar em que a biblioteca está vinculada serão determinantes para a implementação e manutenção de produtos e serviços informacionais que atendam efetivamente a comunidade escolar.

Resta, desta forma, contextualizar a biblioteca e as relações consolidadas com a instituição escolar, assim como investigar as configurações estabelecidas pelos produtos e serviços informacionais com este público em específico.

3.3 Informação: conceitos, definições e concepções

Em diferentes suportes e formatos, a informação conta com uma diversidade de fontes e formas de produção e circula pelos mais variados meios de comunicação, sejam eles físicos e/ou digitais. Assim, compondo ativamente o processo comunicativo, têm-se procurado caracterizar o fenômeno da informação no campo epistemológico. Neste contexto, viabiliza-se pontuar o conceito de informação que, segundo Le Coadic (2004, p. 4), é “[...] um conhecimento inscrito (registrado) em forma (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido”.

Em complemento, Capurro e Hjørland (2007) identificam a existência, na Ciência da Informação, de três grandes formas de se compreender a informação: como algo físico, como algo associado a uma dimensão cognitiva e, enfim, como fenômeno de natureza intersubjetiva, social.

Para se definir a informação, Araújo (2010, p. 96) enfatiza que é preciso se considerar o estado de conhecimento, defendendo que “[...] a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – sendo necessário ver, também, o que está na mente dos usuários”.

Marteleto (2007, p. 9) considera a informação dotada de uma materialidade que contém nela mesmas dimensões institucionais, contextuais, sociais, culturais com permanência no tempo e no espaço. Já Vreeken (2002), após examinar a obra de diversos autores, propõe quatro usos básicos para o termo informação: informação como coisa (uma entidade física), informação como processo (processo mental de se informar), informação como construção social (a informação compartilhada que é a base dos sistemas sociais) e informação como probabilidade (a probabilidade de que determinada mensagem seja enviada). E, nesta linha discursiva, é Araújo (2014) que esclarece os diferentes sentidos que a informação assume ao longo do tempo:

[...] o primeiro conceito de informação na Ciência da Informação é mais restrito e está vinculado à sua dimensão material, física, sendo o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista. Nos anos seguintes, tomou corpo um conceito um pouco mais amplo voltado para a dimensão cognitiva, sendo informação algo associado à interação entre dados (aquilo que existe materialmente) e conhecimento (aquilo que está na mente dos sujeitos), e seu estudo relacionado à identificação de significados, interpretações (ARAÚJO, 2014, p. 69).

Enquanto isto, Christovão e Braga (1997, p. 34), corroborando, também fazem uso da definição de informação como processo, ao afirmarem que “[...] informação pode ser definida como a interface, o evento entre um estímulo externo (mensagem) e um cognóscio que tal estímulo ou mensagem altera”.

Já segundo Fallis (2015, p. 403), a informação é “[...] algo que representa alguma parte do mundo como sendo de uma certa maneira”. Em outras palavras, é algo que possui conteúdo semântico. E, nesse passo, Duarte (2009, p. 59) enfatiza que a informação é o processo de dar forma, atribuir um sentido à mensagem.

Para além do conceito, considera-se a informação como agente organizador do conhecimento a partir do seu uso e disseminação. No entanto, não é possível dissociar as tecnologias de informação e comunicação dos processos sociais e culturais.

3.4 Informação e Cidadania

O estudo proposto visa ampliar o entendimento da funcionalidade das bibliotecas escolares e a promoção da cidadania, assim como aprofundar as pesquisas acerca do tema na Ciência da Informação. Nesse entendimento, os escritos acadêmicos da pesquisadora Maria das Graças Targino, em 1995, já nos alertavam sobre a necessidade de aprofundamento nas pesquisas sobre o uso da informação.

A autora discorre sobre o tema, explicando que:

[...] há uma abordagem ingênua e pouco crítica [em que] predomina o tom de deslumbramento em relação às novas tecnologias, como se fossem por si só capazes de revolucionar a sociedade e produzir um inimaginável mundo novo, [mas esse] discurso totalizante e determinista não possui consistência (TARGINO, 1995, p. 198).

No campo do conhecimento, asseguram Carvalho e Kaniski (2000, p. 38) que o início do século XXI é marcado por “[...] uma fase mais avançada, que traz como

potencial a aceleração da integração entre usuários e fontes de informação, reforçando o desenvolvimento de cidadãos”.

Discursos acerca da questão “cidadania”, na sociedade da informação, estão centrados na liberdade e tem, na ética, o seu eixo convergente. Nessa perspectiva, Rocha (2000, p. 43) analisa a origem da palavra “cidadão”, que revela em sua etimologia o significado de “[...] membro livre de uma determinada cidade, por origem ou adoção, assumindo um conjunto de raízes culturais, políticas e sociais”.

Logo, discorrendo-se acerca do exercício da cidadania em contextualização a este estudo, deve-se discriminar a expressividade de conhecimento dos direitos e deveres, assim como a consciência do ser enquanto sujeito, vivendo em comunidade e atuando como agente protagonista da sua história. Enfatize-se, no entanto, que essa conquista é pautada no acesso e no uso da informação, bem como assegura Araújo (1992, p. 47-48) quando revela que “o direito à informação é a condição essencial para o exercício da cidadania”.

Vitorino e Piantola (2011) comentam que uma cidadania ativa e responsável requer que as pessoas estejam aptas e motivadas para exercer seus direitos e deveres em relação à comunidade e ao Estado, participando assim da vida pública, exercendo com autonomia a sua participação na sociedade. Rocha (2000), analisando a questão, afirma:

No cerne das transformações que estão alterando o panorama mundial, a informação é recurso de poder, pela vinculação do desenvolvimento com a capacidade de uma sociedade em gerar e aplicar conhecimentos. A informação concorre, assim, para o exercício da cidadania, à medida que possibilita ao indivíduo compreender a dimensão dessa mudança e oferece os meios de ação individual e coletiva de auto-ajustamento. Para isso, no entanto, é necessário garantir ao indivíduo o acesso à educação e à informação (ROCHA, 2000, p. 40).

Ademais, o termo “cidadania” tem sido utilizado, na contemporaneidade, como um sinônimo de liberdade individual e de direitos constituídos. Para além das definições clássicas, a cidadania passa a representar o pertencimento do sujeito ao Estado, ancorado no coletivo e no ambiente, propagando a base da condição de cidadão.

Entretanto, Morigi, Vanz e Galdino (2003, p. 70), em seus postulados, defendem que “[...] a cidadania transcende o conjunto de direitos e deveres, já que outros elementos interferem em sua determinação, como a situação de classe social”, por exemplo.

A cidadania, de certa forma, está circunscrita a uma certa equidade. Targino (1991) sintetiza esta relação, quando afirma que a cidadania é um *status* concedido àqueles que são elementos integrais de uma comunidade, uma vez que todos os que possuem esse *status* são iguais, no que diz respeito aos direitos e obrigações.

Em contraponto, Rocha (2000, p. 43) propõe que “contrariamente à ideia de igualdade que a cidadania sugere, a estratificação social, que concede o *status*, é um sistema de desigualdade que se acentua e se agrava no sistema capitalista”. Para os autores, a participação cidadã ganha contornos globais, exigindo dos profissionais da Ciência da Informação a capacidade de interligar diferentes áreas do conhecimento humano, para a compreensão da realidade socialmente vivenciada. Tem-se, então, um desafio potencial: manter a atualização diante das transformações tecnológicas e midiáticas do cotidiano, sem esquecer a responsabilidade em relação ao uso da informação.

Verificam-se as necessidades informacionais, diante da rica diversidade e do pluralismo de ideias, reduzidas a simples questões de consumo, sem maior amplitude. Em sintonia com esses argumentos, encontra-se nas palavras de Dowbor (2004, p. 3), que “a informação constitui um gigantesco recurso subutilizado”.

O momento atual é marcado pela produção e pelo consumo de informação em massa. Entretanto, o excesso de informação e a apropriação de múltiplos recursos tecnológicos não oferecem a garantia de uma formação cidadã do sujeito, como destacam Cuevas-Cerveró; Marques e Paixão (2014):

Nunca houve tanta informação em circulação como nos dias atuais. Mas, sem dúvida, esta informação será valiosa apenas se soubermos onde ela está, se tivermos a capacidade de acessá-la, se soubermos como selecionar o que necessitamos e, sobretudo, entender e aplicar essa informação na tomada de decisões em nossa vida, em nosso trabalho, no mundo à nossa volta (CUEVAS-CERVERÓ; MARQUES; PAIXÃO, 2014, p. 35).

Essa realidade tem sido objeto de estudo por parte de inúmeros pesquisadores que investigam não apenas os diferentes formatos e as inúmeras fontes de informação, mas, também, a potencialidade desta informação como ferramenta da participação cidadã. Assim, neste raciocínio, Rocha (2000, p. 42) enfatiza que “[...] a simples existência da informação não garante conhecimento e desenvolvimento, importando saber se o seu uso potencial vale mais que seu uso real”.

O uso real da informação e o conhecimento estão intimamente ligados, onde o processo de letramento informacional torna-se fundamental, visto que possibilita o desenvolvimento de competências para buscar e usar a informação para resolução de problemas ou tomada de decisões (GASQUE; SILVESTRE, 2017). O letramento informacional, neste contexto, é um processo necessário para que se possa avaliar, interpretar, utilizar informação e gerar conhecimento.

Perpassando este processo, a leitura constitui-se como uma das competências cruciais a serem desenvolvidas. Neste sentido, Solé (2004, p. 37) afirma que “[...] conhecer variadas estratégias que promovam a compreensão e abordar as tarefas de leitura que exijam utilizá-las é chave para fomentar a leitura compreensiva, crítica e epistêmica”. Porém, Araújo e Bussinguer (2020), destacam desafios para o exercício da cidadania, apontando o maior deles:

[...] é a necessidade de despertar nos cidadãos o interesse e o compromisso com a condução do Estado, uma vez que isto implica em uma mudança radical de perspectiva do cidadão que passaria de expectador apático, que sempre foi aliado das decisões políticas, para a posição protagonista da vida política do país, para além de manifestações em redes sociais (ARAÚJO; BUSSINGUER, 2020, p. 240).

Em termos de correlação entre a informação e a cidadania, ressalve-se sua relevância para a área da Educação e da Ciência da Informação, uma vez que seus respectivos profissionais atuam como mediadores entre a informação/conhecimento e o sujeito/coletividade. O uso da informação estimula os indivíduos a participar ativamente da sociedade democrática e com isso, exercer o seu papel de cidadão.

Neste entendimento, conforme Silva, Ottonicar e Yafushi (2017) a cidadania está em construção de maneira cíclica, manifestando-se por meio das pessoas, que sempre buscam mais direitos, liberdades, garantias individuais e coletivas.

O acesso à informação não garante o poder do cidadão, cabendo ao sujeito ser capaz de interpretar os dados, compará-los, construir conhecimento e, efetivamente, tomar decisões.

Trata-se, neste trabalho, como bem enfatiza Araújo (1992, p. 44), que “pensar a cidadania é pensar a igualdade social e a liberdade política, é pensar a democracia”.

Dowbor (2004), também discursa que a informação bem organizada e disseminada constitui um elemento essencial da democracia participativa, ao facilitar as opções racionais dos diversos atores sociais. Ainda nas palavras de Dowbor (2004,

p. 2), “a informação adequada e acessível constitui um poderoso racionalizador das atividades sociais”.

Contudo, a adulteração dos dados reais e a distorção da realidade comprometem o processo (in)formativo do sujeito. Ao considerar os múltiplos interesses dos indivíduos e das coletividades, presencia-se a produção, circulação e consumo de desinformação.

3.5 Desinformação e *Fake News*

Sendo, a informação, compartilhada entre diferentes atores sociais, é possível considerar o uso arbitrário ou intencional da informação para alcançar determinados objetivos e atendendo interesses específicos. Conforme Araújo (2014, p. 67), a “informação envolve motivação e intencionalidade do indivíduo, mas sempre conectadas a um horizonte social, do qual fazem parte a cultura e as ações desempenhadas”.

O fenômeno de distorcer e manipular a informação é um fato recorrente que ganhou uma maior notoriedade no contexto atual. Tal fato, possivelmente, está associado pela gama de aparatos tecnológicos que facilitaram o acesso e a produção de informações, mas não garantem o preparo necessário e nem garantem a seriedade em relação a lida com essas informações. Neste mesmo aspecto, a desinformação é um conceito amplo, sendo vista por diferentes áreas do conhecimento científico, em múltiplos vieses (OLIVEIRA, 2020).

Fake news, expressão popularmente conhecida e utilizada para designar uma informação falsa, é, portanto, uma forma de desinformação, sendo empregada como um termo equivalente, visto a dificuldade em conceituar de forma clara o que é a desinformação.

Torna-se necessário redimensionar as perspectivas conceituais que, como destaca Oliveira (2020, p. 16): “[...] é necessário pensar na definição de desinformação para além da intencionalidade e legitimação de instituições epistêmicas”.

De maneira mais concisa, conforme Fallis (2015, p. 400), a desinformação é definida como “[...] uma informação enganosa que tem a função de enganar”, favorecendo ou prejudicando alguém ou algo, sendo que as pessoas não são induzidas ao erro por acaso.

A desinformação pode, ainda, estar sendo “legitimada” ou “autorizada” por

determinada personalidade ou grupo social, atribuída a determinado protagonista ou instituição.

A disseminação (compartilhamento) da desinformação é outro processo que envolve diferentes nuances, incluindo os recursos de inteligência artificial e o uso dos algoritmos na *internet* para atender objetivos específicos. Sendo assim, os agentes da desinformação são capazes de produzir conteúdo impostor, falso ou enganoso que ameaça a qualidade da informação (FALLIS, 2015).

A evolução desta “desordem informacional” (termo criado pela pesquisadora Claire Wardle) busca compreender as motivações que envolvem a desinformação. Entretanto, Wardle (2019) propõe três termos distintos para o estudo da desinformação: *disinformation*, em que a informação falsa é compartilhada para causar danos; *misinformation*, em que não há a intenção de causar dano, mesmo se tratando de uma informação falsa; e *malinformation*, que apresenta informações genuínas compartilhadas para causar prejuízos.

Diante da ameaça à qualidade da informação, Dias (2013, p. 36) ressalta que “[...] o conhecimento científico procura fornecer explicações sistemáticas que possam ser empiricamente testadas e criticadas pela comunidade científica”, o que garante a fidedignidade de seus resultados.

No mesmo contexto, Lazer *et al.* (2018) destaca que há pouca pesquisa focada em notícias falsas e nenhum sistema de coleta de dados amplo para fornecer uma compreensão de como os sistemas difundidos de fornecimento de notícias falsas estão evoluindo.

Para Duarte (2009, p. 60), “[...] a Ciência da Informação vem, erroneamente, tratando documento, mensagem e informação com o mesmo significado quando, na verdade, tratam-se de elementos distintos”.

Christovão e Braga (1997, p. 35), defendem que documento é toda base de conhecimento material, enquanto a mensagem é o que é levado de um emissor a um receptor, no processo de comunicação. Enquanto isso, conforme as autoras, a informação é uma manifestação da espécie humana.

Compreende-se, portanto, que qualquer um destes itens (documentos, mensagens e informações) pode ser criado, editado ou alterado. Além disso, essas estruturas interagem, proporcionando a criação de novos contextos e tornando possível a manipulação da realidade.

Logo, na perspectiva de Scheufele e Krause (2019):

[...] tanto pesquisadores quanto profissionais de comunicação científica têm lutado para identificar mecanismos para melhor lidar com a desinformação - especialmente em áreas altamente controversas da ciência - que generalizam questões e contextos (SCHEUFELE; KRAUSE, 2019, p. 7667).

Segundo a Unesco (2016, p. 140), “para combater as *Fake News*, é preciso oferecer treinamento dos sujeitos para se defenderem das culturas dominantes e criar seus próprios efeitos contrários a elas”.

Em relatório, a Unesco apresenta um estudo amplo com as fases correspondentes da Alfabetização Midiática e Informacional (*Information and Media Literacy - MIL*) como resposta à desinformação, materializando a relevância desta matéria.

No campo da Ciência da Informação, busca-se um melhor entendimento das necessidades informacionais dos indivíduos e das coletividades. A ideia de “comportamento informacional” ampliou-se através de estudos recentes e passou a ser nomeado “comportamento infocomunicacional”.

Para Neves e Borges (2020, p. 2), o “comportamento infocomunicacional refere-se às formas como as pessoas se informam e comunicam, ou seja, aos modos como consomem informação, mas também a produzem, comunicam e se relacionam”.

Heller, Jacobi e Borges (2020) consideram que as competências infocomunicacionais representam a inter-relação entre as competências em informação, em comunicação e as operacionais.

Desta forma, os autores exploram os diferentes tipos e níveis de desinformação, assim como retratam em seus estudos as implicações sociais que decorrem da manipulação e distorção da realidade, a omissão de contexto em que as informações estão inseridas, o excesso de informação e as notícias tendenciosas propagadas em diferentes meios do cenário informacional.

Heller, Jacobi e Borges (2020) apontam, ainda, que os processos sistemáticos de desinformação atravessam toda a sociedade e influenciam comportamentos, tanto no âmbito familiar como nas redes sociais, chegando, inclusive, às esferas políticas e governamentais.

Assim, ao pensar no enfrentamento à desinformação, entende-se que a prevenção consiste no processo de barrar as implicações sociais originadas pela desordem informacional.

Para atender uma demanda tão ampla em combater os processos

desinformacionais já instalados e que circulam na sociedade, são necessários diferentes tipos de ferramentas:

[...] legislação, mecanismos de checagem de notícias, desenvolvimento de critérios de determinação da veracidade etc. Mas uma frente ainda pouco trabalhada é o viés do cidadão, ou seja, da formação dele para saber e querer fazer frente à desinformação. [...] se a informação é um ativo (econômico, político, social), a formação para lidar com tal ativo - a educação para a informação - é fundamental como política pública de Estado (HELLER; JACOBI; BORGES, 2020, p. 191-201).

Percebem-se, em concordância com os autores, que a compreensão dos processos sistemáticos de desinformação não pode dispensar o viés do cidadão, sua formação educacional e sua atuação na sociedade. Desta forma, ao compreender, interpretar e utilizar a informação, o sujeito estabelece efetivamente os pressupostos da cidadania.

4 METODOLOGIA

Uma pesquisa científica é realizada através do delineamento metodológico adequado para fins de proporcionar respostas e/ou resoluções a um determinado problema.

Neste entendimento, Gil (1999, p. 45) conceitua a pesquisa como “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Assim, esta seção apresenta o percurso metodológico deste estudo, contemplando as classificações pertinentes ao tipo de estudo empregado, as informações do campo de estudo, os procedimentos éticos e operacionais de coleta dos dados relevantes, assim como os instrumentos reguladores da análise dos dados.

4.1 Tipo de Estudo

Este estudo teve a pretensão de gerar novos conhecimentos científicos, potencialmente úteis para o avanço da ciência da informação. Porém, inicialmente, inexistem previsões de aplicações práticas para os seus resultados e, desse modo, classifica-se este estudo, quanto à natureza, como sendo básica.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, uma vez que partiu de questão ou foco de interesse amplo que, conforme destaca Godoy (1995, p. 58), se define à medida que o estudo se desenvolve, objetivando a compreensão de fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Os estudos qualitativos “[...] têm como preocupação fundamental o estudo e análise do mundo empírico em seu ambiente natural e o pesquisador como instrumento fundamental” (GODOY, 1995, p. 62).

Ainda assim, é importante mencionar que “[...] embora as experiências possam parecer únicas aos indivíduos, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais” e que “[...] o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro de pontos de vista” (GASKELL, 2007, p. 70-71).

Optou-se, doravante, pelo estudo de caso que se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Conforme Ventura

(2007), o estudo de caso pode incluir tantos estudos de um caso único (um indivíduo) quanto de casos múltiplos (vários indivíduos ou organizações).

Desse entendimento, parte a presente pesquisa, por exemplo, onde tem-se o estudo de caso de uma instituição (Rede Marista) e, mais precisamente, das bibliotecas escolares das unidades educacionais que a compõem.

Enquanto Manzato e Santos (2012) comentam que a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos, Gil (2002, p. 41) destaca o objetivo da pesquisa exploratória como "[...] o aprimoramento de ideias ou descoberta de instituições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado".

Desta forma, a presente pesquisa, assumiu um caráter exploratório, visto que consiste em conhecer a realidade investigada, proporcionando uma visão geral sobre os produtos e serviços desenvolvidos pelas bibliotecas escolares, potencialmente capazes de atuar na prevenção à desinformação, através do desenvolvimento de habilidades voltadas ao pleno exercício da cidadania.

Para tanto, enquanto recursos metodológicos para levantamento dos dados deste estudo, visando analisar como as bibliotecas escolares da Rede Marista promovem a cidadania por meio de produtos e serviços de prevenção à desinformação.

Empregou-se, neste sentido, a entrevista com a supervisora das bibliotecas da Rede Marista e um questionário às bibliotecárias das unidades educacionais da instituição.

Esta análise também envolveu a busca por trabalhos similares, por entrevistas com pessoas que se relacionam com o tema abordado e avaliação de modelos práticos que levem ao maior entendimento do assunto proposto.

Barros e Lehfeld (2000), neste sentido, ressaltam que:

[...] mesmo trabalhos inéditos exigem do pesquisador, qualquer seja esta ou aquela tipologia de pesquisa, o levantamento e seleção de uma bibliografia concernente, sendo pré-requisito indispensável para a construção e demonstração das características de um objeto de estudo (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 24).

Para alcançar este modelo de pesquisa, também foi realizada a revisão bibliográfica e documental, para materializar acervo de conhecimento tangível à

temática proposta que teve como principais fontes: artigos de periódicos, livros e trabalhos acadêmicos publicados na área da Ciência da Informação. Também foram consultadas publicações em anais, sites da *Web*, além de inúmeros documentos normativos da Rede Marista.

E, desta forma, a síntese do percurso desta pesquisa discrimina: revisão de literatura, coleta de informações, seguido da análise dos dados, para responder de que forma as bibliotecas escolares da Rede Marista, promovem a cidadania por meio de produtos e serviços de prevenção à desinformação.

4.2 Campo de Estudo

As bibliotecas escolares da Rede Marista em Porto Alegre e região metropolitana contam individualmente com bibliotecárias responsáveis pela sua gestão, sendo que possuem um número significativo de estudantes e educadores, assumindo um caráter expressivo da Rede Marista e, desse modo, representando uma amostra valorosa.

A realização deste estudo, portanto, deu-se no contexto de sete colégios Maristas e de uma Unidade Social que oferecem o ensino básico. São elas: Marista Assunção, Champagnat, Rosário, Ipanema, São Pedro, Graças (Viamão), Pio XII (Novo Hamburgo) e Colégio Marista Irmão Jaime Biazus (Quadro 3).

Quadro 3 - Unidades da Rede Marista de Porto Alegre e região Metropolitana

Colégio Marista / Localidade	Público aproximado e informado no site da Rede Marista (estudantes + educadores)	Biblioteca	Acervo (itens aproximados e informados no site da Rede Marista)
Assunção / Porto Alegre - RS	900	Ir. José Bernardi	Não informado
Champagnat / Porto Alegre - RS	1.300	Ir. Nadir Bonini Rodrigues (Central + infantil)	60.000
Ipanema / Porto Alegre - RS	1.150	Ir. José Otão	Não informado
Rosário / Porto Alegre - RS	3.450	Central + infantil (O Pequeno Príncipe)	25.000
São Pedro / Porto Alegre - RS	650	Central + infantil (Débora G. Herbert)	18.000

Ir. Jaime Biazus / Porto Alegre - RS	360	Ir. Jaime Biazus	1.000
Graças / Viamão - RS	1.120	Medianeira	Não informado
Pio XII / Novo Hamburgo - RS	1.000	Marista do Pio XII	30.000

Fonte: Rede Marista (2022). Adaptado pelo autor (2022).

4.3 Procedimentos Éticos da Pesquisa

O procedimento expresso na pesquisa reflete o caráter de comprometimento junto aos sujeitos de pesquisa e à comunidade científica. Campinas e Barros (2006) afirmam que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tem como objetivo:

[...] obter a anuência do sujeito de pesquisa e/ou seu representante legal para a sua participação voluntária na pesquisa. Essa anuência deve se dar somente após esse sujeito ter recebido por parte dos pesquisadores os esclarecimentos sobre os aspectos da pesquisa, objetivos, riscos, procedimentos a serem realizados e respeitados os princípios da confidencialidade e do sigilo (CAMPINAS; BARROS, 2006, p. 473).

Dessa maneira, contemplando os aspectos éticos da pesquisa, apresentou-se em conjunto, a carta de apresentação do estudo e o TCLE (Apêndice B), bem como as explicações necessárias previamente à aplicação e preenchimento dos questionários pelos profissionais.

Além disso, com o intuito de preservar o anonimato dos profissionais participantes da pesquisa, eles foram nomeados por código: composto pela letra B (de bibliotecário) e um número (1-8) para distinção.

Encaminhado ao superintendente dos colégios e unidades sociais da Rede Marista, um termo de anuência institucional (Apêndice D), recebeu-se, não somente a autorização para a realização da pesquisa, mas o apoio necessário ao projeto proposto.

4.4 Procedimentos de Coleta de Dados

Para obter informações a respeito da coordenação das bibliotecas e da organização das suas atividades, dispõe-se de uma entrevista semiestruturada com a coordenadora das bibliotecas da Rede Marista.

Esta coleta de dados, via entrevista, incorpora não apenas as ocorrências factuais das bibliotecas escolares, como os aspectos de gestão e planejamento das atividades informacionais.

Para Gil (1999), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais. Ribeiro (2008, p. 141) trata a entrevista como “[...] a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento”.

Já para Rosa e Arnoldi (2006), a entrevista é uma técnica de coleta de dados sustentada pela racionalidade na conduta do pesquisador, para direcionar com assertividade um conteúdo sistemático de conhecimentos.

Dessa forma, organizou-se uma entrevista semiestruturada com a supervisora das bibliotecas da Rede Marista, uma profissional com diversos cursos de especializações na área da Ciência da Informação e responsável pela supervisão das bibliotecas escolares da instituição, atuando há mais de 10 anos na instituição.

A entrevista (Apêndice A) ocorreu em ambiente digital, após convite, agendamento, os devidos esclarecimentos e critérios anteriormente descritos, tendo sido gravada e transcrita, conforme autorização, versando sobre questões como a estruturação dos processos sistemáticos das unidades informacionais da Rede Marista e a gestão das bibliotecas escolares.

Foi elaborado um questionário *online* (Apêndice C), por meio da ferramenta *Google Forms*, enviado para todas as bibliotecárias responsáveis pelas bibliotecas da Rede Marista, sediadas em Porto Alegre e na região metropolitana. Contou-se, com a mediação da coordenadora das bibliotecas maristas, para que os questionários chegassem aos profissionais (bibliotecários).

Ressalta-se que a validação deste instrumento foi realizada a partir de um questionário piloto enviado e avaliado pela coordenadora das bibliotecas Maristas, para obter sugestões e identificar possíveis falhas na elaboração das perguntas, como questões pouco claras ou incoerentes.

Um questionário, segundo Manzato e Santos (2012), deve obedecer a algumas regras básicas. O principal, no entanto, é que possua uma lógica interna na representação exata dos objetivos e na estrutura de aplicação, tabulação e interpretação.

A elaboração do questionário, buscou contemplar os objetivos específicos do trabalho em conciliação com as arguições realizadas (Quadro 4).

Quadro 4 - Objetivos da pesquisa e perguntas do questionário

Objetivo	Perguntas
Verificar quais serviços e produtos de combate à desinformação são ofertados pelas bibliotecas escolares da Rede Marista;	<p>A biblioteca em que você atua oferece palestras, cursos, oficinas e/ou atividades sobre a desinformação ("fake news")? Quais?</p> <p>Caso a biblioteca ofereça atividades de prevenção à desinformação, esta é uma política institucional ou iniciativa da sua unidade?</p> <p>Como se dá a instrução dos estudantes e demais membros da comunidade escolar para realizar pesquisas em fontes de informação confiáveis?</p>
Analisar como as bibliotecárias que atuam na Rede Marista percebem as atividades de prevenção à desinformação;	<p>Você se sente apta(o) a auxiliar os estudantes, educadores e demais colaboradores a verificar se uma informação é real ou "verdadeira"?</p> <p>Você possui conhecimento e acesso às ferramentas para detecção de "fake news"? Quais?</p> <p>Você considera que outros serviços de informação poderiam ser implementados ou aprimorados pela Rede com o objetivo de prevenir a desinformação? Quais?</p>
Refletir sobre o papel das bibliotecas escolares na promoção da cidadania por meio da prevenção à desinformação;	<p>Na sua opinião, qual o papel da biblioteca e seus colaboradores na prevenção à desinformação?</p> <p>No seu entendimento, como a prevenção à desinformação pode colaborar para o processo de cidadania?</p>

Fonte: O autor (2022).

As questões, podem ser “abertas” ou “fechadas”; as primeiras não limitam a resposta do entrevistado; e as segundas fornecem certo número de opções codificadas. As vantagens, conforme Manzato e Santos (2012), de um ou outro tipo de questão, dependem das propostas do estudo e das necessidades de análise.

Sendo assim, por se tratar de um estudo de caso, com revisão bibliográfica e documental, investigando as hipóteses possíveis para responder ao problema de pesquisa, descrito anteriormente, o presente estudo optou por questões abertas em decorrência das vantagens de se relacionar as respostas discursivas dos questionários com a entrevista da coordenadora.

4.5 Procedimentos de Análise dos Dados

As respostas às questões da entrevista e do questionário foram observadas de modo a cumprir com os objetivos propostos, como apresentado na introdução deste estudo.

Com a exploração do material, é possível estabelecer vínculos e dissociações, proximidades e distanciamentos, além de averiguar relações entre as variáveis existentes, para “[...] compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens”, conforme destaca Câmara (2013, p. 182).

Desta forma, efetuando comparações entre os diferentes pontos já mencionados, é possível inferir e interpretar os resultados onde, conforme Santos (2012):

[...] o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação. Uma vez que, as interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados (SANTOS, 2012, p. 387).

Desse modo, em síntese, a análise dos dados consistiu em identificar, nas respostas da coordenadora da Rede e das profissionais que responderam ao questionário, a presença de produtos e serviços de prevenção à desinformação por parte das bibliotecas da Rede, sejam estas orientadas pela gestora ou provenientes de demandas locais, observadas no contexto de cada biblioteca. Buscou-se, também, compreender, por meio destas mesmas respostas, as suas percepções em relação às atividades de prevenção à desinformação e a influência da biblioteca enquanto promotora de cidadania.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa, bem como as discussões pertinentes, obtidos através da entrevista, aplicada à coordenadora das bibliotecas da Rede Marista, assim como do questionário oferecido às bibliotecárias das unidades educacionais da Rede Marista sediadas em Porto Alegre e região metropolitana.

5.1 Análise da Entrevista

A entrevista semiestruturada com a coordenadora da Rede de bibliotecas Maristas ocorreu de forma virtual, através da plataforma *Mconf*, em março de 2022, com a duração aproximada de quarenta minutos, e o seu roteiro encontra-se no Apêndice A deste trabalho.

Ressalte-se, neste ponto, que o objetivo desta entrevista foi analisar como funciona a promoção de serviços e produtos de prevenção à desinformação, quando se tem uma estrutura robusta como é o caso da Rede Marista, considerando o olhar gerencial da instituição, no desenvolvimento de suas atividades.

A entrevistada, inicialmente, demonstrou que é importante reconhecer o espaço escolar, na perspectiva de entender a biblioteca, visto que o público (sujeito/usuário) está em processo formativo. Portanto, segundo sua visão, quem atua no ambiente escolar dispõe de uma grande influência sobre o público, seja como um prestador de serviços informacionais, seja atuando como educador.

Percebe-se, assim, que essa explanação vem em corroboração com os postulados de Félix e Duarte (2015, p. 06) quando as autoras defendem que “a colaboração entre professores e bibliotecários é uma das formas em que o papel educativo da biblioteca se evidencia”.

A coordenadora diz, ainda, que as escolas e colégios Maristas apresentam realidades distintas, considerando a sua inserção social e cultural. No entanto, a entrevistada destacou que os serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas exigem o conhecimento prévio da comunidade escolar em que as mesmas participam.

Salienta, inclusive, durante a entrevista, a sua tarefa enquanto mediadora das escolas e colégios, com o propósito de adaptar os produtos e serviços conforme as

múltiplas realidades de cada unidade, “[...] *respeitando as diferenças desse coletivo, as especificidades desse coletivo*”.

Behr, Moro e Estabel (2008) reforçam que as diretrizes da biblioteca no sistema educacional devem preconizar pelo respeito à pluralidade da sua clientela, de modo a priorizar pela aprendizagem no processo de desenvolvimento humano, além do acesso e uso pertinente da informação, devendo atender às necessidades do sujeito, com eficiência e qualidade, promovendo a cidadania.

Em sequência, considerando as particularidades do contexto social que abriga cada unidade, a entrevistada enfatiza que há dois caminhos possíveis: “[...] *ou a escola e a biblioteca oferecem a estrutura para que eles tenham o acesso ou vamos ter que repensar a forma de oferecer esse produto e serviço, porque eles nem sempre vão ter o acesso*³”.

Assim, em relação à adaptação dos produtos e serviços oferecidos por cada biblioteca, a entrevistada reafirma o compromisso de garantir o acesso a todos, respeitando a diversidade do público atendido pela Rede Marista: “[...] *pelo fato de serem escolas diferentes, realidades diferentes, contextos diferentes, temos um impacto nas bibliotecas porque estamos falando destes usuários*”. Compreendeu-se, aqui, que cada biblioteca tem certa autonomia para propor serviços e produtos específicos conforme a sua realidade.

Ao ser questionada se as atividades das bibliotecas contemplam o tema desinformação ou se há, nas diretrizes maristas, a intenção de discutir essa temática, a entrevistada informa que “[...] *o termo desinformação ou fake news talvez não esteja presente nos documentos normativos da instituição*”, não sabendo informar em que medida os produtos e serviços informacionais acontecem com essa intencionalidade (discutir a desinformação).

No entanto, a entrevistada complementa que “[...] *este assunto é amplamente discutido com educadores*”, sendo esta uma iniciativa dos próprios estudantes. Tem-se, desta forma, um ambiente criado e mantido pelos educadores, em cuja relação com o usuário é construída a discussão em relação ao tema desta pesquisa, sem a presença da biblioteca.

A fala da coordenadora é representativa desta situação, quando enfatiza que “[...] *talvez não seja algo tão evidente que a gente possa pensar na questão da*

³ Compreende-se, aqui, o “acesso”, como a proximidade/conexão do estudante/usuário com produtos e serviços prestados pela biblioteca.

desinformação, mas que para nós é muito importante, quando eu forneço aos estudantes fontes de informação para que eles possam fazer uma pesquisa”.

Conforme a entrevistada, a desinformação é tratada, de forma indireta, em projetos de iniciação científica, destacando a iniciativa dos próprios estudantes em discutir este assunto, amparados pelas bibliotecárias. Saliente-se, neste ponto, que a suposta busca pelas fontes de informações confiáveis, por si só, já atua no enfrentamento à desinformação e reforça, significativamente, a expressividade do caráter científico desta discussão.

Pode-se, então, deduzir que a biblioteca esteja, neste momento histórico, tendo a preocupação de “abrir frentes” (espaços) em que seria possível discutir a desinformação: *“a biblioteca tem a preocupação de como as crianças aprendem, e, nessa perspectiva de como as crianças aprendem, se elas estão aprendendo, e que espaços são oferecidos para que elas possam, inclusive, discutir essa temática”.*

De forma tangencial, a coordenadora das bibliotecas da Rede Marista apoia-se nesta questão novamente, quando reafirma “[...] a necessidade de abrir espaços nas bibliotecas para que o estudante tenha autonomia e uma postura crítica”.

Além disso, fica evidente, através da entrevista, não somente a preocupação em garantir o acesso à informação, para públicos diferentes, como também propor o desenvolvimento de habilidades e competências informacionais, quando a entrevistada sustenta: *“[...] temos um trabalho muito forte de formar investigadores, que eles investiguem as fontes, para que eles busquem as fontes, para que eles questionem, para que eles problematizem, isso para nós é muito caro”!* Verifica-se, recorrentemente, a função de estímulo à independência e criticidade por parte da iniciativa institucional.

Segundo a percepção da entrevistada, o trabalho de supervisão das bibliotecas da Rede exige o esforço de planejar atividades e problematizar questões, discutindo e refletindo, muitas vezes em tempos diferentes com a dinâmica do ambiente escolar:

[...] não podemos trabalhar na reação, precisamos trabalhar na prevenção, embora a batida do colégio seja outra. Lá na escola, eles estão na rotina à mil, com muitas coisas pra fazer, com muitas demandas chegando e eles têm que dar conta, [...] as demandas das bibliotecas são demandas gigantescas, e assim é porque existe esse trabalho, porque existe demanda e oferta destes serviços.

Assim como outros tópicos acabaram sendo abordados durante a entrevista, um assunto entrou em discussão: a formação dos bibliotecários. E, de acordo com a entrevistada, o principal desafio para que os serviços e produtos das bibliotecas escolares possam prevenir a desinformação é a formação dos profissionais:

[...] eu tenho situações ainda, de necessidade de formação de bibliotecários na questão da pesquisa, A gente trabalha com estudantes, com pesquisas, que percurso é este que eles estão fazendo? Eles sabem como se aborda um tema? Qual o problema de pesquisa? Como vão fazer uma justificativa? Como a gente vai trabalhar isso com eles? - e essa é uma demanda da escola, e muitos colegas ainda não fizeram essa apropriação.

Ressalte-se, então, os ensinamentos de Martins e Karpinski (2018), quando inferem a importância da atuação do bibliotecário, articulado aos professores e demais especialistas em suas funções formativas e educacionais, cruciais à formação do ser.

No que se refere aos processos organizacionais, é possível perceber uma bússola norteadora: a promoção da cidadania. Os valores institucionais da Rede Marista, simbolizados através da figura benemerita de Marcelino Champagnat, estão presentes nos documentos e diretrizes.

Da mesma forma, a coordenadora das bibliotecas, ressalta: *“A formação cidadã é uma bandeira que a gente levanta, enquanto instituição e enquanto as premissas do nosso fundador, que orientava a formar bons cristãos e virtuosos cidadãos”*.

As posições da entrevistada revelam o compromisso em incorporar, em todas as atividades da instituição, os valores nobres que compõem a filosofia marista, sem excluir a criticidade e o desenvolvimento da consciência cidadã:

[...] estamos falando de desenvolver competências acadêmicas, estamos falando de desenvolver competências éticas, políticas, estamos falando que este estudante não é só cognitivo, ele é inteiro, um sujeito inteiro, que se relaciona. [...] a nossa proposta pedagógica, em que a criança se perceba como esse ser social e com esse compromisso político.

Lembrou, a entrevistada, neste sentido, que a promoção da cidadania está presente nos produtos e serviços das bibliotecas escolares maristas, reforçando que não estejam, necessariamente, atrelados ao enfrentamento à desinformação.

A coordenadora relatou, ainda, que a biblioteca escolar não oferece um serviço isoladamente, mas torna-se parceira de um educador, de um setor, da coordenação pedagógica, muitas vezes não atuando como protagonista da ação, mas oferecendo apoio e sustentação através de parcerias, diretas e/ou indiretas.

Convergindo, seu posicionamento, com Félix e Duarte (2015, p. 6), quando as autoras descrevem “[...] a colaboração como uma modalidade de educação cooperativa em que bibliotecários interagem com a equipe pedagógica, produzindo trabalhos, projetos e serviços em parceria”.

Reforçou a coordenadora, ao fim da entrevista, a importância de revisar os processos das unidades informacionais, “[...] *avaliar os projetos da biblioteca e sua eficiência, estabelecendo indicadores para cada serviço*”, com o propósito de qualificar as suas atividades.

Deve-se destacar que em todos os momentos da entrevista, revela-se a dedicação e o comprometimento da coordenadora em oferecer serviços e produtos informacionais de qualidade, atendendo aos propósitos institucionais com ética e profissionalismo.

5.2 Análise dos Questionários

O questionário, apresentado no Apêndice C, foi criado através da plataforma *Google Forms* e aplicado às bibliotecárias responsáveis pelas unidades informacionais de forma *online*, entre março e abril de 2022, contando com a interlocução da coordenadora das bibliotecas maristas.

Considerando a delimitação deste estudo, previamente estabelecida, os questionários foram oferecidos a sete colégios Maristas e uma Unidade Social: Marista Assunção, Marista Champagnat, Marista Rosário, Marista Ipanema, Marista São Pedro, Marista Graças (Viamão), Marista Pio XII (Novo Hamburgo) e Colégio Marista Irmão Jaime Biazus. As profissionais foram nomeadas para este estudo, pela letra B (de bibliotecária), seguida de um número (1-8). Conforme os procedimentos éticos da pesquisa, os profissionais tiveram as suas identidades preservadas e autorizaram a publicação de suas respostas por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra no Apêndice B.

Defrontou-se uma adesão parcial em resposta ao questionário, retornando as respostas de quatro profissionais. Apresentou-se, portanto, a análise das questões levantadas pelas bibliotecárias: B1, B2, B3 e B4, denominadas desta forma conforme os procedimentos éticos deste estudo.

No entanto, é possível desenvolver uma análise relevante desta amostra, tendo em vista as questões abordadas pelas bibliotecárias consultadas. Gil (1999) defende

que 25% dos questionários são respondidos, em média. Portanto, tem-se uma amostra significativa, considerando o retorno de 50% dos questionários aplicados.

Numa síntese, a análise dos questionários revela, considerando as respostas das bibliotecárias participantes, que não há atividades específicas sobre a desinformação nas bibliotecas maristas. As profissionais informaram que não há palestras, cursos e oficinas sobre desinformação (*fake news*), embora as temáticas sejam contempladas em outras atividades, tais como: os projetos de iniciação científica, assim como o acesso e o uso de dados, o reconhecimento de métodos científicos e a escolha de materiais para trabalhos de pesquisa.

É relevante destacar que, ao ser questionado sobre os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca e que possam abordar a desinformação, B4 informa: *“oferecemos uma oficina de pesquisa na internet”*.

Existem, no contexto educacional, atividades que direta e/ou indiretamente, abordam e atuam contra a desinformação e seus desdobramentos. Ressalte-se, assim, consonante ao entendimento de Heller, Jacobi e Borges (2020), a importância do conjunto de medidas educacionais e informacionais que, por si só ou por seus efeitos, atuem no combate à desinformação.

Conforme supramencionado, admitidas como iniciativas das próprias unidades informacionais, as atividades que previnem a desinformação são desenvolvidas na biblioteca escolar, incorporadas aos projetos de iniciação científica, como destaca B1, ao afirmar que *“a prevenção à desinformação não é o objetivo principal do projeto, mas se relaciona a ele”*.

Já em relação à instrução dos estudantes e demais membros da comunidade escolar para realizar pesquisas em fontes de informação confiáveis, B3 confirma a oferta de *“[...] um projeto da biblioteca de oficinas para iniciação científica sobre fonte de informação segura”*. Enquanto isso, B4 discorre sobre estes serviços:

Faz-se oficina com os estudantes sobre como avaliar uma fonte de informação na internet, observando: o domínio do site, as credenciais dos autores pessoais ou institucionais, se há data de publicação, quais dados sustentam a informação publicada. Fazemos mais relacionado à internet mesmo.

Notadamente, conforme as respostas já discutidas, é possível conferir concordância entre as explicações dos respondentes e, tal constatação, reforça a veracidade e o caráter científico desta pesquisa. Em continuidade, abrangendo-se

acerca da atuação do bibliotecário para atender a uma demanda específica, como é compreendida a desinformação, assegura B2, que é realizada *“através de agendamentos com a bibliotecária, através de e-mail ou vinda até a biblioteca”*.

E, neste mesmo aspecto, ao perguntar se os profissionais se sentem aptos a auxiliar os estudantes, educadores e demais colaboradores a verificar se uma informação é real ou "verdadeira", a resposta foi unânime, todos os participantes informaram que “sim”.

Contrastando com esta confiança, ao serem questionadas se possuem conhecimento e acesso às ferramentas para detecção de "fake news", o participante B4 relata: *“Não. Sigo, nas redes sociais, a Afontejor⁴ que mostra estas ferramentas e faz este tipo de análise, mas confesso que eu mesma nunca utilizei as ferramentas”*.

Da mesma forma, B3 responde que não utiliza *“nenhuma base específica, mas instruímos os alunos a consultarem mais de uma fonte de informação”*. Enquanto isso, outras duas participantes sentem-se aptas para verificar notícias falsas e orientar a comunidade escolar a reconhecer estes casos.

Neste passo, destaca-se, conforme já enfatizado por Dias (2013, p. 50), “o conhecimento que se tem da realidade é construído socialmente e condicionado por um conjunto de variáveis”. Concebe-se, dessa forma, que todos os agentes sociais (estudantes, bibliotecários e educadores), estão se apropriando dos mecanismos de capacitação informacional, cada qual da sua forma.

Já ao serem interrogados sobre outros serviços de informação que poderiam ser implementados ou aprimorados pela Rede, com o objetivo de prevenir a desinformação, as respostas no questionário são afirmativas, por parte de todos. Entende-se, então, que há uma abertura e, de certa forma, um anseio de atividades que possibilitem a formação do pensamento crítico e a disseminação do conhecimento.

Vislumbra-se, nas sugestões das profissionais, o desejo de criar e ampliar as atividades que possam prevenir a desinformação. São citados, por exemplo, *“[...] oficinas e circulares”*, *“[...] cartazes, e-mails explicativos, páginas em redes sociais”*, *“[...] oficinas com este tema como foco”* e *“[...] extensão de formação para as famílias”*.

Já em relação ao papel da biblioteca e seus colaboradores na prevenção à desinformação, as respostas convergem para inúmeras ações:

⁴ Plataforma “Afonte Jornalismo de Dados”. Disponível em: <https://afonte.info/>. Acesso em: 15 abr, 2022.

[...] orientar, indicar fontes de informação mais seguras e como encontrar inconsistência em textos científicos; informar e ensinar a conferir fontes de informação; instrumentalizar a comunidade educativa sobre como buscar, avaliar e utilizar a informação; incentivar a aprendizagem continuada e os recursos informacionais para a aprendizagem; incentivo constante à leitura; não incentivar a propagação de informação que sabemos serem equivocadas; instruir no uso de fontes com informações sérias e com dados fidedignos.

E, não menos importante, perguntou-se aos profissionais como a prevenção à desinformação pode colaborar para o processo de cidadania. No entendimento de B3, *“na formação política do cidadão, saber reconhecer informações é essencial”*. E, para B1, *“formando pessoas com valores, noções de conviver em sociedade, tornando-os aptos a formar opiniões com bases corretas”*.

Enquanto isso, B2 apontou inúmeras ações de enfrentamento à desinformação que auxiliam na promoção da cidadania, como: *“evitar manipulação; o entendimento da importância da educação, da ciência para o desenvolvimento dos grupos sociais, o senso de coletividade e a tolerância ao diferente”*.

Este posicionamento está em sintonia com o Projeto Educativo do Brasil Marista, ao defender que *“a pesquisa traz em sua essência o pensamento reflexivo, que requer tratamento de informações/dados e se constitui em um caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais”* (UMBRASIL, 2010, p. 69).

Percebe-se, através da aplicação dos questionários, que as atividades voltadas ao enfrentamento à desinformação não são planejadas, nem mesmo executadas com essa intenção. Entretanto, elas acabam sendo desenvolvidas e executadas parcialmente devido às atividades de instrução à Ciência (projetos de iniciação científica, por exemplo).

5.3 Considerações gerais

A partir da aplicação dos questionários que foram oferecidos às bibliotecárias e, por conseguinte, da transcrição da entrevista, iniciou-se um primeiro entendimento com a apreensão interpretativa em relação aos possíveis sentidos que as respondentes deixaram transparecer em seus posicionamentos.

Tem-se, nesta análise, apontamentos pela entrevista que são redimensionados pelos questionários, possibilitando traçar um perfil comparativo em considerações gerais entre eles, e que são convergentes: a formação do bibliotecário e o

planejamento das atividades da biblioteca, em que se confronta as necessidades da comunidade escolar e o direcionamento de serviços e produtos informacionais.

Neste mesmo sentido discursivo, um aspecto que se destaca é a ausência da intencionalidade de enfrentar a desinformação, mesmo que ela seja tratada indiretamente em outras atividades desenvolvidas pela escola, estando incluída a biblioteca. E, assim, vislumbra salientar os ensinamentos de Wardle (2019), ao constatar que:

[...] a desordem da informação é complexa. Algumas delas podem ser descritas como poluições de baixo nível, mas algumas delas são sofisticadas e profundamente enganosas. Para entender, explicar e enfrentar esses desafios, a linguagem que usamos é importante. A terminologia e as definições importam (WARDLE, 2019, p. 57).

Presume-se, então, a importância destas atividades que retratam a desinformação de alguma forma, no sentido de aproximar o estudante da pesquisa e da metodologia científica.

A biblioteca escolar Marista garante um sistema organizacional qualificado de planejamento e gestão dos seus serviços, com a presença do profissional bibliotecário, atuando de forma integrada.

Mas, ao deixar de oferecer algum serviço ou produto informacional específico de enfrentamento à desinformação, a biblioteca escolar deixa um espaço vazio. Espaço esse que é de seu pertencimento, ou deveria ser.

Campello *et al.* (2013, p. 134) abordam esta situação, de forma enfática:

As questões relacionadas com os desafios da atuação da biblioteca escolar nunca são colocadas no profissional da informação – é sempre aceito como ponto evidente, sem necessidade de demonstração, que a simples presença do profissional é elemento que garante a qualidade, e sua ausência é, necessariamente, a fonte dos problemas (CAMPELLO *et al.*, 2013, p. 134).

Evidencia-se, neste caso, que a biblioteca, mesmo ocupando um lugar autônomo na instituição⁵, não deixa de ser um reflexo da própria escola, ao dispor de um acervo amplo, com muitas possibilidades de execução de projetos e tecidos em um ambiente extremamente bem estruturado, criando circunstâncias favoráveis ao

⁵ A Rede Marista é uma organização jurídica de direito privado, conforme informações do *site* institucional. Disponível em <https://redemarista.org.br/sobre>. Acesso em: 15 mar. 2022.

desenvolvimento promissor de suas atividades. Nessa perspectiva, a posição de Campello *et. al* (2013, p. 137) converge com esta análise, quando discorre que:

[...] a biblioteca escolar é o lugar de formação de leitores e de atitude científica, onde se aprendem habilidades de acessar e de interpretar informação, e para isso, é necessária uma coleção adequada, com recursos informacionais variados e abundantes, que dê suporte às atividades curriculares. (CAMPELLO *et al.*, 2013, p. 137)

No âmbito das atividades promovidas pela biblioteca escolar, é possível reconhecer a estrutura favorável da instituição e dos profissionais em promover a cidadania através de serviços e produtos que previnam a desinformação, mesmo que de forma indireta.

Não cabe, nesta pesquisa, investigar o (possível) ganho para a comunidade escolar, caso houvesse atividades informacionais direcionadas (com a intencionalidade) de prevenir a desinformação. Porém, ressalta-se o fato de que a desinformação esteja sendo discutida por iniciativa do público (usuário), contando com o protagonismo dos educadores, conforme os relatos através da entrevista, tendo a atuação do bibliotecário, ao que tudo indica, de forma secundária.

Compreendeu-se que a falta de ações específicas sobre o tema não acarreta, necessariamente, em prejuízo para a comunidade escolar. Todavia, propôs-se que as bibliotecas escolares possam descortinar as implicações sociais causadas pela desinformação, reconhecendo a importância de prevenir este fenômeno.

Isto pode se dar pelo fato do bibliotecário ser, efetivamente, um agente coadjuvante desta atividade ou por consequência de uma lacuna causada pela ausência de serviços e produtos informacionais voltados especificamente para o tratamento da desinformação. Sobre esse aspecto, é importante ponderar que:

[...] pensar a desinformação requer um esforço analítico que vai além de categorias estanques que tendem a simplificar a informação em torno de definições dicotômicas e maniqueístas acerca da verdade, de suas fontes de confiança ou da intencionalidade dos sujeitos (OLIVEIRA, 2020, p. 16).

Desse modo, é possível, através da revisão dos dados colhidos, intervir sobre a posição da biblioteca escolar, quando deixa de ser protagonista de atividades informacionais para tornar-se coadjuvante, como parece ocorrer neste estudo, no caso da desinformação.

Pode-se considerar, quando a coordenadora relata que o assunto (desinformação) é “*amplamente discutido com os educadores*”, que o mesmo assunto (desinformação) não esteja sendo, teoricamente, discutido com os bibliotecários. Trata-se da atuação de profissionais distintos (professores e bibliotecários), com competências ligadas pelo mesmo projeto pedagógico, mas cabendo a cada um as especificidades dos seus respectivos ofícios. No entanto, a quem cabe prevenir a desinformação?

Esta reflexão, em que se investiga as atribuições do bibliotecário, como educador, com a presença e atuação conjunta do professor, está presente no olhar de Campello:

Boas bibliotecas propiciam uma aprendizagem peculiar, diferente daquela em que o aluno é um recipiente passivo de informações passadas pelo professor. É uma aprendizagem em que o estudante constrói seu conhecimento, explorando um vasto repertório de experiências vividas e registradas por outros, extraindo deles significados e agregando suas próprias experiências (CAMPELLO, 2012, p. 7).

Se em determinado momento histórico, havia dúvida quanto às atribuições do bibliotecário em relação à própria informação, pode-se inferir que permanecem nebulosas as responsabilidades deste profissional em relação aos processos sistemáticos de desinformação.

O termo “*fake news*” ressurgiu na atualidade, mesmo sendo um assunto recorrente na Ciência da Informação. Portanto, inúmeras atividades carecem de atualizarem-se na apropriação deste debate.

No entanto, outro aspecto das análises dos dados coletados é a possível fragilidade na formação acadêmica dos bibliotecários em relação ao tratamento e prevenção à desinformação. E este fato é levantado na fala da coordenadora das bibliotecas maristas e, da mesma forma, aparece nas respostas dos questionários, ao se identificar a dificuldade dos bibliotecários para detectar notícias falsas, assim como nas limitações de auxiliar na verificação de informações confiáveis.

Sobre isso, Martins e Karpinski (2018) compreendem que a formação de bibliotecários críticos é a forma de se revisitar, dialogar, desconstruir e denunciar a cultura histórica de deficiência de serviços em bibliotecas escolares.

Durante a formação acadêmica em Biblioteconomia, contempla-se a capacitação voltada ao uso de fontes confiáveis e especializadas de informação. Mas,

pode-se, da mesma forma, assegurar que o bibliotecário está preparado para discutir as consequências da desinformação ou saber preveni-la?

Em sua formação, o bibliotecário reconhece a existência do plágio acadêmico, por exemplo, e as devidas penalidades aplicadas a ele. Entretanto, há espaço para a prevenção ao plágio no processo de formação deste profissional? É possível perceber o foco no enfrentamento ao plágio, de forma a prevenir a fraude? Algumas ações, como o estímulo de atividades autorais e o desenvolvimento da produção textual com maior autonomia, são viáveis para compor a formação acadêmica do bibliotecário? De alguma forma, o bibliotecário parece estar sendo preparado para garantir a veracidade e a segurança informacional, desconsiderando o enfrentamento à desinformação.

Diante das análises, é possível inferir que, tanto a entrevista quanto o questionário aplicado, oferecem subsídios capazes de expor os propósitos institucionais, de promoção à cidadania por meio de um projeto pedagógico amplo, estruturado e humanístico.

O Projeto Educativo do Brasil Marista considera a formação de cidadãos conscientes, capazes de articular experiências e saberes, “o que resulta na construção de novos conhecimentos e habilidades que os colocam em condições de agir e interagir na sociedade e em suas distintas realidades” (UMBRASIL, 2010, p.78).

Destaca-se que a ausência de serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas escolares voltados especificamente para a prevenção da desinformação não deforma a qualidade das atividades informacionais prestadas pela instituição.

A Rede Marista prevê, em seus documentos, o desenvolvimento da criticidade e a produção de conhecimento, como aponta o Projeto Educativo Brasil do Brasil Marista (UMBRASIL, 2010). Este posicionamento reflete o compromisso institucional no incentivo à pesquisa e ao letramento digital, não como um caminho paralelo às atividades desenvolvidas pelas escolas, colégios e suas bibliotecas, mas como um modo específico de produzir conhecimento.

Projetos de iniciação científica, assim como outros serviços de apoio à pesquisa e metodologia científica, são desenvolvidos pelos bibliotecários em sintonia com o projeto pedagógico da instituição e demais educadores. E tais atividades são potenciais no estímulo à formação.

Pode-se supor que não há prejuízo para a comunidade escolar, por este fato. Todavia, propõe-se que as bibliotecas escolares possam descortinar as implicações sociais causadas pela desinformação, reconhecendo a importância de prevenir este

fenômeno, isto é, tratando-a de maneira direta.

Compreendendo que esta é uma discussão que atravessa outras esferas sociais (midiáticas e políticas), sinaliza-se que a prevenção à desinformação exige métodos próprios e recursos estruturais para se consolidar como um serviço ou produto oferecido pela biblioteca escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a realização deste estudo esteve relacionada à necessidade de aprofundamento teórico sobre as atividades das unidades informacionais e a atuação das mesmas em relação à desinformação.

O enfoque incidiu sobre a Rede Marista, bem como os produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas escolares no contexto de enfrentamento à desinformação, demonstrando, também, a sua influência no incentivo à cidadania.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que foi verificar quais serviços e produtos de prevenção à desinformação são ofertados pelas bibliotecas escolares da Rede Marista, ficou claro que vários produtos e serviços informacionais contemplam essa demanda, mesmo sem a intencionalidade de trabalhar especificamente a questão da desinformação.

Em resposta ao segundo objetivo específico, que foi analisar como as bibliotecárias que atuam na Rede Marista percebem as atividades de prevenção à desinformação, depreende-se que os esforços dos profissionais em promover o uso consciente e competente das fontes de informação, por meio dos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Ainda neste segundo objetivo, buscou-se compreender qual a relevância, para as bibliotecárias, da prevenção e do combate à desinformação. Por meio dos questionários, é possível inferir que as profissionais consideram de grande importância o enfrentamento a este fenômeno.

O terceiro objetivo específico foi refletir sobre o papel das bibliotecas escolares na promoção da cidadania por meio da prevenção à desinformação. Este objetivo foi alcançado a partir da constatação de que as atividades planejadas pela instituição e dirigidas pelas profissionais envolvidas estão em consonância com os propósitos singulares de desenvolvimento da consciência cidadã.

O presente trabalho é de real importância para a Rede Marista, pois além dos resultados obtidos, contribui para compreender melhor os serviços e produtos informacionais, especificamente em relação à desinformação, apontando os diferentes caminhos pelos quais determinadas demandas são atendidas, conforme as necessidades da comunidade escolar.

Como contribuição acadêmica, este trabalho permitiu ampliar o entendimento de um ambiente escolar diferenciado, como é o caso da Rede Marista, em que as

bibliotecas contam com a presença do devido profissional (bibliotecário) responsável por articular as suas atividades, além de recursos singulares.

Com base nas buscas executadas através da revisão de literatura, percebe-se que o tema do enfrentamento à desinformação e a promoção da cidadania é voltado principalmente às atividades de mediação e promoção de leitura, assim como os projetos de incentivo à pesquisa científica.

Quanto ao trabalho de buscas e averiguações das fontes e bases de dados, tendo em vista a confiabilidade e a legitimidade das informações, ficou claro que as pesquisas iniciais tratam, particularmente, dos conceitos de desinformação, suas características e particularidades. Este caminho, no entanto, está migrando para a investigação das implicações sociais da desinformação e as circunstâncias em que a promoção da cidadania possa ser comprometida.

Percebe-se em todo o processo organizacional da Rede Marista a prevalência de valores humanistas em seus processos organizacionais, investindo economicamente nas suas unidades de ensino, sem abdicar das diretrizes traçadas pela base da instituição. E, neste sentido, essa “fidelidade” aos princípios congregacionistas reflete-se nos serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas escolares maristas.

Como limitação de pesquisa, aponta-se a quantidade de indivíduos consultados. Não se pode afirmar, nesse caso, que o recorte realizado para este estudo represente a realidade de todas as unidades educacionais da Rede Marista, tampouco da rede privada de ensino em sua totalidade.

Para garantir a representatividade da amostra, considerou-se muitos documentos institucionais, de modo a proporcionar uma visão melhor do problema de pesquisa e não susceptibilizar o risco de subjetivismo em nossa análise e interpretação dos resultados.

Por se tratar de um tema emergente (desinformação), não se tem a intenção de esgotar os estudos em relação às atividades das bibliotecas escolares e a promoção da cidadania, por isso, a realização de novas investigações é indicada para continuar esta análise.

A posição do bibliotecário enquanto educador, suas atribuições e as limitações do seu ofício, merecem uma discussão aprofundada em pesquisas futuras. Outras poderão ser desenvolvidas, na tentativa de compreender a forma como a

desinformação, utilizando muitas vezes os recursos de inteligência artificial, torna-se o combustível para o caos informacional.

Neste estudo, não foram explorados os motivos sociais, políticos, culturais ou técnicos que levam a instituição em análise a não propor, de forma sistematizada, projetos específicos de prevenção à desinformação. O que se percebe é que, mesmo que as bibliotecas não sejam orientadas pela gerência superior à promoção de produtos e serviços específicos, também não há um impeditivo com relação a isso, na medida em que as bibliotecárias locais possuem autonomia para propor ações específicas para as unidades em que atuam.

Nesse caso, destaca-se ainda mais, a importância de as próprias profissionais terem consciência sobre a importância destes serviços. Aqui, mais uma vez, ressalta-se a necessidade da formação biblioteconômica de preparar os profissionais para utilizar as fontes de informação que combatam a desinformação.

A promoção da cidadania pode estar de alguma forma ligada a uma certa “maturidade informacional”, ainda tão distante e não menos desejada. E esta é uma demanda que exige de toda a comunidade escolar, assim como da sociedade, esforços em conjunto para o enfrentamento dos processos sistemáticos de desinformação.

REFERÊNCIAS

- AMBINDER, D. Motta *et al.* Biblioteca escolar e cidadania: uma revisão de literatura. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21., Curitiba, 2005. **Anais...** Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná/FEBAB, 2005. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/629>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- ARAÚJO, C. A. Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92189>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- ARAÚJO, C. A. Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- ARAÚJO, H. N. de; BUSSINGUER, E. C. de A. Direito de acesso à informação: um instrumento de liberdade política dos cidadãos. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJL]**, p. 217-244, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/21608>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BARROS, A. J. da Silveira; LEHFELD, N. A. de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BEHR, A.; MORO, E. L. da Silva; ESTABEL, L. Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 32-42, 2008.
- BORGES, M. E. Nassif. O essencial para a gestão de serviços e produtos de informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 115-128, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2007/2128>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- CÂMARA, R. Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso: 23 mar. 2022.
- CAMILLO, E. da Silva; CASTRO FILHO, C. Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: uma proposta ao sistema educacional municipal de Ribeirão Preto (SP). **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/31136/17588>. Acesso em: 17 mar. 2022.
- CAMPELLO, Bernadete *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAMPELLO, B. Santos. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática, 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CAMPELLO, B. Santos *et al.* Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 123-156, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14729734008.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAMPELLO, B. Santos. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 184-208, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p184>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAMPELLO, B. Santos. **A função educativa da biblioteca escolar no Brasil**: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. GEBE - Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/ENAN054.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CAMPELLO, B. Santos. Bibliotecas escolares e biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613/105207>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CAMPINAS, L. de L. Souza; BARROS, V. L.. O termo de consentimento livre e esclarecido e suas diferentes formas de expressar o consentimento autorizado pelo sujeito da pesquisa. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-479, jul./set. 2006. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/703/643>. Acesso em: 08 jan. 2022.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148- 207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 33-39, 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/871>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CHRISTOVÃO, H. T.; BRAGA, G. M.. Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, 1997.

COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA. **Missão Educativa Marista: um projeto para nosso tempo**. Trad. Manoel Alves, Ricardo Tescarolo. 3. ed. São Paulo: SIMAR, 2003.

CORRÊA, E. C. Delfini *et al.* Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 107-123, 2002. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/379/458>. Acesso em: 08 mar. 2022.

COSTA, Jéssica Fernandes. **O papel da biblioteca escolar no processo de ensino aprendizagem**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. 95 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia), Faculdade de Ciências da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; MARQUES, Márcia; PAIXÃO, Pablo Boaventura Sales. A alfabetização que necessitamos: informação e comunicação para a cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91881>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, Fernando Nogueira. **Os sistemas de conhecimento patológico e a nova ordem**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

DOWBOR, Ladislau. Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável. **Adolescência latinoamericana**, [s. l.], n. 248, p. 5-16, 2004. Disponível em: http://inf.ufes.br/~neyval/Gestao_ambiental/Comunicacao_Ambiental/informacaoambient.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

DUARTE, A. B. S. Ciclo informacional: a informação e o processo de comunicação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 57-72, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6440>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, [s. l.], v. 63, n. 3, p. 401–426, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0014> Disponível em: <https://arizona.pure.elsevier.com/en/publications/what-is-disinformation>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FÉLIX, Andreza Ferreira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. A biblioteca escolar como espaço diferenciado: a perspectiva da cultura escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106607>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Centro de Recursos de Aprendizagem: biblioteca escolar para o século XXI. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 138-154, 2013.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; SILVESTRE, Flor De María. Competência leitora nas bibliotecas escolares. **Em Questão**, v. 23, n. 3, p. 79-105, 2017.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. *In*: BAUER, M. W; GASKELL, G (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 3, p. 64 – 89.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. Atlas, 4. ed., São Paulo, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HELLER, Bruna; JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 49, n. 2, p. 189-204, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

IFLA; UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

IFLA; UNESCO. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-ptBR.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

LAZER, David M.J. *et al.* The science of fake news. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP, v. 17, 2012. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIO_S_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Projeto e relatório de pesquisa. In: Do trabalho científico. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. cap. 4.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, v. 12, p. 46-62, 2007. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MARTINS, Sabrina; KARPINSKI, Cezar. Interdisciplinaridade e formação do bibliotecário para atuação em Bibliotecas Escolares. **Informação & Informação**, v. 23, n. 1, p. 424-449, 2018.

MORIGI, V. J.; VANZ, S. A. de S.; GALDINO, K. Cidadania, novos tempos, novas aprendizagens: novos profissionais? **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**. Vol. 9, n. 1 (jan./jun. 2003), p. 69-78, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/61>. Acesso em: 06 mar. 2022.

MUÑOZ, Alejandro *et al.* Família Marista: presença e missão no mundo. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2013. Disponível em: https://issuu.com/champagnat/docs/familiamarista_pt. Acesso em: 17 abr. 2022.

NEVES, B. C.; BORGES, J. Por que as fake news têm espaço nas mídias sociais?: uma discussão à luz do comportamento infocomunicacional e do marketing digital. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa. Vol. 30, n. 2 (abr./jun. 2020), p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211796>. Acesso em: 08 fev. 2022.

OLIVEIRA, Thaianne Moreira. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5374. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5374>. Acesso em: 08 fev. 2022.

PROVÍNCIA MARISTA DO RIO GRANDE DO SUL. **Regimento escolar: 2011**. Porto Alegre: Usbee, 2011.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 4, p.129-148, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/tecnica_coleta_dados.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da informação**, v. 29, p. 40-45, 2000. DOI: 10.18225/ci.inf.v29i1.897. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/897>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

SALDANHA, M. A. da Rocha. **A sucessão de diretores escolares nos colégios da Rede Marista: um enigma em movimento**. Porto Alegre: UNISINOS, 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Gestão Educacional, Porto Alegre, RS, 2019.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SILVA, Rafaela Carolina; OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero. A competência em informação e midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 604-628, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v15i3.8649535. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8649535>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SILVA, Josué P. da. Nota crítica sobre cidadania no Brasil. **Ideias**, Campinas, n. 1, p. 95-120, 2008.

SCHEUFELE, Dietram A.; KRAUSE, Nicole M. Science audiences, misinformation, and fake news. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 16, p. 7662-7669, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.1805871115>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SOLÉ, Isabel. Estrategias de comprensión de la lectura. **Cuadernos de pedagogía**, v. 216, p. 25-27, 1992.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 20, n. 2, 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/37210/28950>. Acesso em: 19 fev. 2022.

TARGINO, Maria das Graças. Novas tecnologias de comunicação : mitos, ritos ou ditos? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 194-203, maio/ago. 1995. DOI: 10.18225/ci.inf.v24i2.586. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/586>. Acesso em: 17 mar. 2022.

UNESCO. **Media and information literacy: reinforcing human rights, countering, radicalization and extremism**. 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246371>. Acesso em: 06 mar. 2022.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL (UMBRASIL). **Projeto Educativo do Brasil Marista: nosso jeito de conceber a Educação Básica**. Brasília: CDD 20 Editora, 2010. Disponível em: <https://colegiosmaristas.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Projeto-Educativo-do-Brasil-Marista-1.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

VALLS, Valéria Martin. **Ambientes, serviços e sistemas informacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 244-273.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VREEKEN, Arjan. Notions of information: a review of literature. **Working Papers on Information Systems**. Netherlands, v. 2, n. 7, p. 13, 2002.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 99-110, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/?format=html>. Acesso em: 05 mar. 2022.

WARDLE, Claire. **Understanding information disorder**. EUA: First Draft, 2019. e-book. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ZIEGLER, Andréia Maíra. O e-book nas bibliotecas escolares dos colégios e unidades sociais da Rede Marista. **Caderno Marista de Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2020.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA



Prezada/o profissional, a presente entrevista destina-se à coleta de dados de uma pesquisa que objetiva compreender os serviços e produtos ofertados pelas bibliotecas da Rede marista e que possam prevenir a desinformação, atuando na formação cidadã dos usuários. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apresentamos, em conjunto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deve ser lido antes de responder às questões.

Os resultados deste estudo têm única e exclusivamente a finalidade acadêmico-científica, não sendo utilizada para fins comerciais.

Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, por meio das perguntas formuladas. Sua identidade não será revelada, mesmo quando as respostas forem analisadas e divulgadas.

Agradecemos a atenção e a sua contribuição para a pesquisa!

Pesquisadores responsáveis:

Flavio Henrique Monteiro da Silveira (graduando em Biblioteconomia)

Drº. Luis Fernando Herbert Massoni (orientador da pesquisa)

Espec. Bruna Vieira (co orientador)

Questões ligadas aos produtos e serviços das bibliotecas escolares da rede que previnem a desinformação.

- a) Os bibliotecários que atuam nas unidades da Rede podem propor serviços e produtos específicos para suas bibliotecas?
- b) Temas como *fake news* e desinformação são discutidos em reuniões com os bibliotecários da Rede ou nos documentos institucionais?
- c) Há alguma política institucional da Rede para a prevenção às *fake news*?

- d) Há incentivo ou orientação aos bibliotecários para desenvolverem serviços e produtos de prevenção à desinformação e às *fake news*?
- e) Há orientações de cunho social, formativo ou político presente na seleção de materiais nas bibliotecas?
- f) Como a preocupação com a cidadania está presente nas políticas institucionais da Rede?
- g) Como a preocupação com a formação cidadã está presente na promoção de produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas escolares?
- h) Quais critérios são adotados para avaliar a contribuição dos produtos e serviços das bibliotecas na formação cidadã dos usuários?
- i) Discutimos diversas questões sobre *fake news*, desinformação e cidadania. Como você percebe, na atualidade, o impacto dessas temáticas nas atividades das bibliotecas? Quais os desafios das bibliotecas perante este contexto?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Serviços e produtos de combate à desinformação nas bibliotecas escolares da Rede Marista” conduzida por Flávio Henrique Monteiro da Silveira, aluno do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que está realizando Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Professor Dr. Luis Fernando Herbert Massoni, docente na FABICO/UFRGS, e co-orientado por Bruna Marques Vieira.

Sua participação no estudo é voluntária e anônima e a pesquisa não apresenta riscos previsíveis para os participantes. A sua colaboração será de grande valor para ampliar o conhecimento sobre os serviços e produtos das bibliotecas escolares da Rede Marista que combatem a desinformação.

Todos os dados pessoais fornecidos serão mantidos em sigilo e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

A realização da entrevista leva em torno de quarenta minutos, mas você pode cancelar a sua participação a qualquer momento, caso se sinta incomodado.

O aluno coloca-se à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento adicional através do e-mail 2flaviomonteiro@gmail.com ou do celular 51982429441.

Eu, manifesto expressamente minha concordância em participar da pesquisa descrita acima e concedo permissão para os pesquisadores usarem os dados coletados.

Data.../.../...

Assinatura do participante

Assinatura do aluno

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO *ONLINE*



Prezada/o profissional, o presente questionário destina-se à coleta de dados de uma pesquisa que objetiva compreender os serviços e produtos ofertados pelas bibliotecas da Rede Marista e que possam prevenir a desinformação, atuando na formação cidadã dos usuários. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apresentamos, em conjunto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deve ser lido antes de responder às questões.

Os resultados deste estudo têm única e exclusivamente a finalidade acadêmico-científica, não sendo utilizada para fins comerciais.

Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, por meio das perguntas formuladas. Sua identidade não será revelada, mesmo quando as respostas forem analisadas e divulgadas.

Agradecemos a atenção e a sua contribuição para a pesquisa!

Pesquisadores responsáveis:

Flavio Henrique Monteiro da Silveira (graduando em Biblioteconomia)

Drº. Luis Fernando Herbert Massoni (orientador da pesquisa)

Espec. Bruna Vieira (coorientador)

QUESTIONÁRIO

Qual o número aproximado de itens do acervo da Biblioteca* que você atua?

*considerar a soma de todos os itens (acervo infantil e geral, mapas, globos, gibis, dicionários, etc.)

A biblioteca em que você atua oferece palestras, cursos, oficinas e/ou atividades sobre a desinformação ("*fake news*")? Quais?

Caso a biblioteca ofereça atividades de prevenção à desinformação, esta é uma política institucional ou iniciativa da sua unidade?

Como se dá a instrução dos estudantes e demais membros da comunidade escolar para realizar pesquisas em fontes de informação confiáveis?

Você se sente apta(o) a auxiliar os estudantes, educadores e demais colaboradores a verificar se uma informação é real ou "verdadeira"?

Você possui conhecimento e acesso às ferramentas para detecção de "*fake news*"? Quais?

Você considera que outros serviços de informação poderiam ser implementados ou aprimorados pela Rede com o objetivo de prevenir a desinformação? Quais?

Na sua opinião, qual o papel da biblioteca e seus colaboradores na prevenção à desinformação?

No seu entendimento, como a prevenção à desinformação pode colaborar para o processo de cidadania?

APÊNDICE D - CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Autorizo, por meio deste, que a pesquisa intitulada **Produtos e serviços das bibliotecas escolares da Rede Marista: da prevenção da desinformação à promoção da cidadania**, desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de autoria de Flávio Henrique Monteiro da Silveira, orientado pelo Prof. Dr. Luis Fernando Herbert Massoni e coorientado pela Bel. Bruna Marques Vieira, seja realizado nos Colégios da Rede Marista.

O estudo em questão tem como objetivo geral analisar como as bibliotecas escolares da Rede Marista promovem a cidadania por meio de produtos e serviços de prevenção à desinformação. Ciente dos métodos e técnicas propostos para a pesquisa, concordo com a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos profissionais que atuam nas bibliotecas da rede, resguardando suas identidades e desde que o autor do estudo e os orientadores comprometam-se a prestar esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento do estudo, bem como só utilizar os resultados para fins acadêmicos e científicos.

Autorizo também que o nome da instituição conste no trabalho final, bem como em futuras publicações, sejam elas em eventos, artigos científicos e/ou capítulos de livros.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2022.

Rogério Francisco Caldas Anele

Superintendente dos Colégios e Unidades Sociais da Rede Marista